

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À
ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA DO
PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

Reunião n.º 6

9 de julho de 2020

(17:41 h – 20:58 h)

Ordem do dia:

Audição do Sr. João Manuel Fontes Dinis, Membro da Direção Nacional da Confederação Nacional da Agricultura

Presidente da Comissão: Paulo Rios de Oliveira (PSD)

Deputados oradores: João Dias (PCP)
Santinho Pacheco (PS)
Emília Cerqueira (PSD)
António Lima Costa (PSD)
Ricardo Vicente (BE)
João Pinho de Almeida (CDS-PP)
Joana Bento (PS)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados, estamos em condições de dar início à nossa reunião da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior.

Eram 17 horas e 41 minutos.

Estava a atrasar em alguns minutos o início dos nossos trabalhos, porquanto há Srs. Deputados que irão intervir nesta audição e que tinham igualmente uma intervenção prevista no Plenário exatamente para o ponto em discussão neste momento.

O Sr. Deputado João Dias, entretanto, já chegou e em relação ao Sr. Deputado João Almeida, se está no mesmo ponto, presumo que chegará a todo o momento para, assim, começarmos a nossa audição.

Aproveito, entretanto, este ato para dar conhecimento aos Srs. Deputados do seguinte: chegou-nos do Tribunal de Contas um relatório de uma auditoria realizada e que, pelo facto de conter um conjunto de elementos de natureza pessoal, nos levanta questões de proteção de dados.

Assim sendo, e nos termos que são costume neste tipo de comissões e de documentos, vamos limitar o acesso aos referidos documentos aos Srs. Coordenadores e aos respetivos assessores dos grupos parlamentares, sendo que o coordenador se responsabiliza pelo assessor, uma vez que este não reporta à Comissão. Isto no sentido de permitir o acesso, mas não a reprodução. Promoveremos, assim, este acesso reservado e limitado.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Eurídice Pereira.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Peço desculpa, Sr. Presidente, de que data é o relatório?

O Sr. **Presidente**: — «Em referência ao ofício de 30 de junho, remete-se em suporte digital o relatório da auditoria n.º 20/2019, 2.ª Secção, Auditoria ao Fundo REVITA, bem como o documento que serviu de base à sua produção».

Isto foi-me entregue em mão há duas horas.

Srs. Deputados, ainda em benefício dos trabalhos, porque é sempre importante para os grupos parlamentares poderem preparar o mais cedo possível as audições previstas, estamos a dirigir a solicitação para audição às seguintes pessoas, não tendo, neste momento, capacidade de garantir as suas presenças e, conseqüentemente, a realização das audições: o Sr. Fernando José Pires Lopes, o Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, José Manuel Almeida Lourenço, bem como o Prof. Francisco Manuel Cardoso Castro Rego.

São as três pessoas a ouvir na próxima semana. Não posso ainda confirmar as audições, mas assim podem começar a prepará-las.

A todo o momento, e logo que tenha a confirmação, de imediato os serviços informarão os Srs. Deputados.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Eurídice Pereira.

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, isso significa que os n.ºs 2 e 3 da lista do PSD não podem vir? É assim?

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada, excelente pergunta. Confesso que a orientação que dei aos serviços foi para seguir a lista e a sequência, portanto eu próprio não sei responder.

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — Esse é o 4.º.

O Sr. **Presidente**: — Mas saberei responder nos próximos 25 segundos, se me conceder uma pausa para consultar os documentos.

Pausa.

Srs. Deputados, segundo a informação colhida no local próprio, que são os serviços da Comissão, terá sido o PSD a pedir o adiamento das duas audições seguintes. Tomei agora conhecimento disso. Tratava-se da audição dos Srs. Valdemar Alves e Bruno Gomes.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, para irmos acertando os nossos procedimentos e mantermos alguma coerência, conforme foi ontem entre nós falado, e ficou assente, a Mesa seguirá preponderantemente o critério da sequência da lista que, aliás, deixem-me confessar-vos, era o critério que eu próprio, quando comuniquei há pouco isso, estava convicto de estar a seguir. Daí, Sr.^a Deputada, perceberá o meu espanto quando me perguntou o que aconteceu à lista e eu disse que devia ser a lista que lá estava.

Desconhecia, de todo, esta solicitação do PSD dirigida aos serviços no sentido de alterar a ordem. Não tendo nós feito uma deliberação formal nesse sentido, nem faria sentido esse tipo de deliberação, temos uma determinação. Portanto, pedia às Sr.^{as} e Srs. Deputados e aos grupos parlamentares que, quando pretendam fazer uma alteração ou um adiamento que saia fora da regra geral que definimos, isso seja comunicado atempadamente para que depois não ser a própria Mesa um bocadinho surpreendida, e os colegas, com uma sequência que não é a esperada.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, se calhar, não adiamos mais o início da reunião, uma vez que já passaram 16 minutos da hora marcada.

Hoje, sendo um agendamento potestativo do PCP, a audição do Sr. João Manuel Fontes Dinis, na qualidade de membro da Direção Nacional da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), cabe, por esse motivo, o

início da audição ao Partido Comunista Português. Logo, vou, talvez, receber o nosso depoente e daríamos início aos trabalhos, até porque temos quórum e não se justifica continuar à espera. Certamente, o CDS-PP perceberá isso mesmo.

Portanto, suspendo a reunião para ir buscar o depoente.

Pausa.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos dar início à audição de hoje.

Estamos na Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior.

Para ser ouvido hoje, temos o Sr. João Manuel Fontes Dinis, na qualidade de membro da Direção Nacional da CNA, a quem dou as boas vindas e agradeço a presença.

Nos termos em que funciona esta Comissão de Inquérito, a exemplo de outras, as grelhas de tempo indicam que V. Ex.^a tem direito a fazer uma intervenção inicial, querendo, dispondo para tal de até 15 minutos, após o que se segue uma primeira ronda de perguntas de 8 minutos para cada grupo parlamentar em modelo de pergunta/resposta.

Haverá, depois, uma segunda ronda de perguntas com 5 minutos concedidos a cada grupo parlamentar a que responderá globalmente no final e uma terceira ronda de questões em que cada grupo parlamentar disporá de 3 minutos e cada Deputado individualmente disporá de 2 minutos às quais também responderá no fim.

O depoente informou entretanto que pretende usar da prerrogativa de fazer uma intervenção inicial, daí que lhe passe, de imediato, a palavra.

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis** (Membro da Direção Nacional da Confederação Nacional da Agricultura): — Sr. Presidente, muito boa tarde, em nome da CNA agradeço a oportunidade de estar hoje aqui para falar de uma tragédia que ocorreu em 2017 em Pedrógão, Castanheira de Pera, Figueiró, depois Góis, Pampilhosa. Portanto, foram 50 000 ha de povoamentos florestais que arderam. Mas, depois, veio logo outubro que bateu esses recordes todos.

O que é que nos ficou? Que marcas ficaram? Ficaram as marcas da tragédia, das dezenas de mortos e feridos. Ficou o desastre económico e ambiental, nas habitações, nas empresas, na floresta, no ambiente, nos rios.

Portanto, como disse o poeta algo como aquilo «não o queira jamais o tempo dar», mas para que assim seja é preciso que se previna e logo em 2018, no Algarve, em Monchique, houve incêndios cada vez mais extensos e cada vez mais violentos, apesar dos meios de combate. Por exemplo, no incêndio de Monchique, nunca, num só incêndio, estiveram tantos meios de combate ao mesmo tempo, e nunca houve um incêndio na serra de Monchique que ardesse seis dias e sete noites, sem parar.

Portanto, voltando até Pedrógão, espoletou uma enorme solidariedade nacional e internacional e a parte melhor foi essa resposta de solidariedade que nos deu o Fundo REVITA, entre outros.

Espoletou um debate aceso que expôs a «careca» ao sistema completamente ineficaz para evitar uma tragédia e um desastre como aquele. Provocou uma cortina de fumo com propaganda oficial do Governo ao Presidente da República e provocou também um acelerar da responsabilização direta dos municípios e da municipalização das políticas. Por exemplo, 2017 fez sair a chamada «Reforma da Floresta» do ex-Ministro Capoulas que, segundo ele, seria a maior reforma florestal desde D. Dinis, mas, como anda, e andou, essa reforma será, e não digo isto com nenhum

prazer, a maior das pequenas reformas já feitas na nossa floresta. A maior, mas das pequenas!

Duas tónicas se aceleraram desde aí: a municipalização das políticas florestais, com responsabilização dos municípios e com a responsabilização dos proprietários e dos produtores florestais que, de vítimas, foram transformados em culpados. A primeira coisa que aqui queremos repetir é que, sim, as populações, os agricultores são vítimas, não, não são culpados!

Depois, foram sucessivamente, repito, sucessivamente, e em catadupa, anunciados programas com apoio de centenas de milhões de euros públicos para investir designadamente ainda no PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural) e no PDR 2020 (Programa de Desenvolvimento Rural 2020). Pretendia-se a estabilização de solos, a reflorestação, a chamada «reposição de potencial produtivo».

Mas nasceram muito poucas árvores de todos esses programas, à exceção do eucalipto que continua sendo, e de longe, a espécie mais plantada. E porquê? Porque é que isto também aconteceu? Porque, o anterior Governo, antes de 2017, a primeira medida que tomou foi cortar cerca de 150 milhões de euros no investimento florestal no PRODER — repito: 150 milhões de euros! —, incluindo medidas de prevenção florestal, designadamente a rede primária de caminhos.

Mas, depois, Capoulas Santos, no Governo a seguir, também reduziu a participação pública nos projetos florestais! Reduziram a participação pública nos projetos florestais e isto enquanto faziam propaganda! Por exemplo, propagandearam 20 parques de receção de madeira queimada. Esta era outra das medidas faladas. Soube-se agora, porque durante dois anos não quiseram divulgar o relatório a que estavam obrigados por despacho do próprio Ministro Capoulas Santos, não quiseram divulgar os relatórios da madeira rececionada, da madeira dos salvados, mas

o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) divulgou agora e foi um fiasco.

Mas foram alertados para que iria ser um fiasco e o que mais nos irrita é termos dramaticamente razão nestas coisas! É que, além do mais, irrita! Se nos têm ouvido antes, com a devida atenção, ter-se-iam evitado erros crassos que, como dizia o poeta, «a fortuna não deixou durar muito». Portanto, foi um fiasco.

Quantas leis e projetos de resolução foram aprovados aqui na Assembleia da República e quantos foram levados à prática nesta matéria?!

Bom, põe-se uma questão fundamental: como fazer chegar aos pequenos e médios proprietários e produtores florestais as ajudas públicas, técnicas e financeiras? Isto porque, apesar de tudo, temos de reconhecer que há programas e projetos que são financeiramente interessantes. Com financiamentos públicos, ainda assim, a 85%, a 90% e se os mantiverem a 100%, eles são financeiramente interessantes.

Mas porque é que não é correspondido? Não estão florestadas as áreas ardidadas, repito, não estão florestadas, estão a ser «matagadas»! E o próximo incêndio que por aí correr, num ano de seca, em dias e noites quentes, secos, com vento forte vão ser incêndios ao nível dos de 2017 e quando falo em nível refiro-me à tragédia não tanto de desastre económico, porque o revestimento já não está lá, mas agora há os matos, os silvados e isso vai arder e vai arder como pólvora.

E, no meio disto tudo, continua a propaganda: as ajudas ecossistémicas, ou seja, mais um tipo de ajuda interessante para valorizar as espécies autóctones. Mas quem é que já está a ir buscar quase 500 000 € dessas ajudas? Um grupo ligado a derivados da floresta que, aliás, é o maior especialista e o maior beneficiário de dinheiros públicos destinados à floresta! Ainda a procissão ia no adro, ainda no tempo das ajudas da pré adesão, já eles lá estavam em Bruxelas a candidatar-se a milhões de «ECU»,

que era o que corria na época para montado, para sobreiro. Portanto, a questão mantém-se: como é que estes fundos vão chegar aos pequenos e médios produtores?

Depois, no PDR 2020, a floresta, apesar dos cortes, que agora dizem que vão ser repostos, é a mais baixa taxa de execução, à exceção do investimento no eucalipto de regadio, sublinho, à exceção do eucalipto de regadio. É no eucalipto de regadio que está a maior taxa de execução no PDR 2020.

Os PROF (Programas Regionais de Ordenamento Florestal), essenciais, nucleares, estratégicos, foram aprovados, no ano passado, e já estão desatualizados. Quando foram aprovados, já precisavam de ser revistos. Porquê? Desde logo, porque o inventário florestal estava para 2015, logo, não estava atualizado. Qual é a mancha real de eucalipto? Qual é a mancha das outras espécies?

As áreas ardidas não estão reflorestadas e, no meio disto tudo, o elemento estruturante por natureza, ou seja, o preço da madeira à produção, o preço da cortiça à produção está mais baixo do que há 30 anos. Como é que isto é possível?

Ou seja, nunca as celuloses ganharam tanto dinheiro como em 2018. Esclareça-se que não foi diretamente dos incêndios, mas é ver os relatórios e contas das celuloses e ver os lucros fabulosos que tiveram em 2018 e vão ter em 2019. Porquê? Devido à valorização da pasta de papel!

Mas os aglomerados e, agora, as biomassas que aproveitam madeira queimada nunca tiveram tanto dinheiro, tantos lucros como em 2018 e 2019. E o preço da madeira e da cortiça é mais baixo na produção do que há 30 anos!

O que é que está mal? Está mal não haver coragem política para se tocar em cinco dos grupos empresariais mais cotados na bolsa. Nas 15 empresas mais cotadas no PSI 20, cinco são de derivados da floresta, não há

coragem política para lhes tocar nos imensos privilégios! Isto porque o preço da madeira, na produção, devia estar, por exemplo, indexado ao preço dos derivados no mercado. Porque é que não o indexam?!

É uma questão estratégica, é uma questão sistémica! Onde é que vamos parar, do ponto de vista económico e ambiental, se a floresta continuar assim?

Na questão do combate aos incêndios, é preciso apurar responsabilidades políticas e criminais — sim, criminais! — nas negociatas dos meios aéreos de combate e, até, em meios terrestres de combate! É preciso dotar com verba, repito, é preciso dotar com verba estas componentes.

Ao Orçamento do Estado o que é do Orçamento do Estado, ao tribunal o que for do tribunal. É preciso aumentar, descomplicar e, sobretudo, adequar as medidas de prevenção. O ordenamento florestal conveniente, o inventário florestal, fazer aumentar os preços da madeira na produção são elementos essenciais em prevenção de incêndios. Se a floresta perdeu interesse económico, para que é que eu hei de lá ir morrer assado a defender o que não tem valor económico?!

Isto para que S. Pedro, ao fim e ao cabo, deixe de ser o santo padroeiro dos incêndios florestais, para que o S. Pedro deixe de ser o melhor sapador florestal do nosso País, apesar de, se quiser, poder mandar chover este verão como mandou no ano passado e assim se reduziram os incêndios florestais. Mas não pode ser assim, não podemos contar sempre com o S. Pedro.

Para concluir, as populações são vítimas dos grandes incêndios florestais, não são culpadas.

Na questão de Pedrógão, quero dar aqui uma nota: ao tribunal o que for do tribunal, às populações o que é das populações, aos municípios o que for dos municípios! Mas, por exemplo, em relação à Câmara Municipal de Pedrógão, e não tenho nenhuma procuração para os vir defender e nem

sequer é isso que pretendo, eles se quiserem que se defendam, mas cumpre dizer que, no meio de tanta polémica, designadamente por causa do REVITA, e há o relatório de execução de dezembro de 2019 sobre o REVITA que refere seis milhões e tal de euros que foram aplicados, mas fora o REVITA, a Câmara Municipal de Pedrógão executou dois projetos após os incêndios no valor de 1 milhão e 200 mil euros, um PDR 2020, um projeto de recuperação integrado, outro com o Ministério do Ambiente, com o Fundo Ambiental para os recursos hídricos.

Portanto, foi um investimento de 1 milhão e 200 mil euros, e o município ainda fez o que pôde, nesta matéria.

Não é tudo bom e não é tudo mau. Sobre a municipalização da política florestal, pessoalmente acho que têm de ser chamadas a participar nisto por uma razão básica: não há pessoas nas aldeias, repito, não há pessoas nas aldeias! A ruína da agricultura familiar, a ruína da floresta multifuncional, das políticas agrícolas incomuns... E atenção que a política agrícola agora está a estender-se à política florestal a nível de Bruxelas, está a estender-se cada vez mais não apenas aos fundos para investimento, já havia no PDR, portanto no desenvolvimento rural, mas também às estratégias, às políticas florestais, na especificidade, portanto não havia até aqui e agora a tendência é para que também venha.

Sem agricultura familiar, sem a valorização da floresta, seja lá das formas todas que forem, e sem fazer chegar as ajudas aos pequenos e médios proprietários, não se resolvem os problemas da nossa floresta se não houver um aumento do preço da madeira e da cortiça. Assim, vamos continuar sujeitos à tragédia, ao desastre económico e ambiental.

Peço desculpa, falei 14 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Recordo às Sr.^{as} e Srs. Deputados que o objeto desta Comissão Eventual de Inquérito é a atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Dias, do PCP.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimento o membro da Direção Nacional da Confederação Nacional da Agricultura João Dinis.

Agradeço a exposição que aqui fez. Aliás, o que fez foi caracterizar, de certa forma, as consequências que estiveram por detrás dos incêndios, aquilo que conduziu à dimensão do incêndio, não só à falha na prevenção mas principalmente às dimensões e proporções do incêndio.

Teve o cuidado de deixar algo que nos parece importante e que deve marcar o relatório final, em nosso entender, que é o princípio de que as pessoas e as vítimas têm de ser vistas como alguém que sofreu uma perda irreparável. Não vale a pena caracterizar mais — porque já o fez aqui e certamente muitos mais depoentes farão o mesmo — aqueles dias, os dias imediatos e os que ainda decorrem.

Mas as casas perdidas e os rendimentos comprometidos levam a que tenhamos de ter respeito pelas vítimas e, como disse, não são culpadas deste incêndio, foram e serão sempre vítimas dele, porque jamais algumas das situações serão ressarcidas.

Também caracterizou o tremendo desinvestimento nas políticas florestais, de agricultura e de produção nacional. Isto é importante que fique relatado nesta Comissão, porque o objeto desta Comissão de Inquérito não é apenas preocupar-se com as segundas habitações, também é a habitação, mas também são as consequências para a economia e para o tecido empresarial, também são as consequências para as famílias e também é uma questão

muito importante, que é a reposição do potencial produtivo, apesar de vir em último lugar no objeto desta Comissão, ele é determinante.

Tendo sido o PCP a requerer a presença do Sr. João Dinis aqui, para ouvirmos o seu depoimento, ficaria muito bem se fosse esclarecido o que é isto da perda de reposição do potencial produtivo, porque, infelizmente, falamos muito disto mas há quem não entenda o que é. A perda do potencial produtivo é o seguinte: depois de um incêndio como este, são precisos muitos anos até haver outra vez exploração e capacidade de produzir o mesmo que antes. Essa perda de potencial produtivo está intimamente associada à perda de rendimento e o Governo sempre fugiu a dar apoio a quem perdeu rendimentos. Se entendeu dar algum apoio, ainda que insuficiente, na reposição da perda do potencial produtivo... Jamais houve algum apoio para a perda de rendimento e a verdade é que as pessoas se viram sem qualquer rendimento e tendo perdido o seu potencial de produção, acabaram por ter uma maior perda de rendimento e durante mais anos.

Era interessante, e perdoe-me o Sr. Relator que diga isto, que o relatório até tivesse esta estrutura, ou seja, que avaliássemos aquilo que existia e foi destruído, que avaliássemos aquilo que foi feito e aquilo que ficou por fazer e por apoiar. O PCP teve uma intervenção decisiva no que diz respeito à apresentação de soluções e propostas, tendo proposto, nesta Casa, várias iniciativas, com a participação dos mais diversos grupos parlamentares, e uma delas veio a traduzir-se na Lei n.º 108/2017, que tinha a ver precisamente com estas matérias de que falamos da perda de potencial produtivo, da salvaguarda dos rendimentos e dos apoios à floresta.

Quero, em concreto, fazer algumas questões. Qual é a avaliação que a CNA faz do acesso aos apoios? Os mecanismos que foram preconizados foram ou não satisfatórios? Foram identificados problemas nestes acessos? Nós temos informação de que a simplificação das candidaturas era até aos 5000 €, apesar de os prejuízos serem superiores a isso, de 15 000 €, 20 000

€, mas de tal maneira era a burocracia que as vítimas preferiram perder esse dinheiro e candidataram-se a apoios mais reduzidos, nomeadamente até 5000 €. Ou seja, muitos prejuízos ficaram ou não por cobrir?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Diretor, para responder, tem a palavra.

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Já disse, e acho que nunca é demais referi-lo, que uma das coisas boas foi a onda de solidariedade que foi desencadeada, quer nos incêndios de Pedrógão, quer depois nos de outubro.

Falaria com ainda muito mais detalhe sobre os de outubro porque também fui vítima e, por acaso, não fiquei lá assado nessa noite de 15 para 16 de outubro. Não tinha de acontecer, como dizem as pessoas.

Voltando a estes, e eu penso que estes estão circunscritos a junho, houve o tal Fundo REVITA que tem uma designação complicada, que é Fundo de Apoio às Populações e à Revitalização das Áreas Afetadas pelos incêndios ocorridos em junho de 2017, um fundo que o Governo chamou à sua gestão, tendo formado uma comissão de gestão. No relatório de dezembro de 2019, está detalhado o que fizeram com o dinheiro e as obras nas habitações, primeira habitação, não foram todas as que arderam, mas foram quase 100 — 99, 100. Houve casas que foram reapetrechadas e o apoio simplificado aos agricultores, o tal para a ajuda da reposição do potencial produtivo, até 5000 €, sendo que o REVITA, no Ministério da Agricultura e Florestas, na altura, agora já não é Florestas, na altura ainda era, e bem... Portanto, 1053 € da segurança social e até aos 5000 € era o REVITA que cobria na ajuda simplificada.

O Ministério da Agricultura desembolsou, do seu orçamento, 1053 € por cada um dos agricultores candidatos, e foram mil e tal agricultores que se candidataram a isto. É evidente que muitos mais ficaram de fora e ficaram de fora porque, com 10 000 € — na altura, propusemos que a ajuda

simplificada se estendesse a 10 000 € — de prejuízo, não vai ao PDR 2020, ao «complicómetro» que é uma candidatura no âmbito do PDR 2020. Portanto, muita gente ia só até aos 5000 €, tendo 10 000 € ou 15 000 € de prejuízo. Preferiram assim, portanto, logo aí perderam dinheiro, digamos assim, por causa desta circunstância.

Há centenas de agricultores nestes concelhos que ficaram sem ajudas, outros tantos que perderam dinheiro, a ajuda não cobriu, nem pouco mais ou menos, o prejuízo e isto veio a agravar-se. Depois, em outubro de 2017, quer nas intempéries, quer nos incêndios, então isto agrava-se ainda mais. Em Monchique, quem tinha prejuízo acima de 100 € tinha de ir ao PDR 2020, o «complicómetro».

Às vezes fico espantado como é que se consegue inventar tanta tecnoburocracia. Como é que é possível?! Que imaginação! Por que é que não escrevem livros de ficção? Se a imaginação para a tecnoburocracia desse para a ficção, seriam grandes autores. Como é que é possível?!

Resultado final: elimina-se a possibilidade de acesso a milhares de agricultores e são esses reformados, ou não, que ainda lá estão a manter verdes as suas parcelas nesse mundo rural. E depois há o problema da perda de rendimentos, sobretudo em culturas permanentes. Um rebanho ardeu, morreram aqui e depois em outubro morreram ainda mais espécies autóctones, como a ovelha bordaleira da minha terra, do meu concelho. Uma ovelha bordaleira custa 120 €, 130 €, e no PDR 2020 valorizam-na em 80 €. Isto é a coisa mais quadrada! E nós dissemos isto 30 vezes ao Ministro, aos Secretários de Estado: «Eh pá, não sejam quadrados, por favor! Uma ovelha bordaleira vale 120 €, 130 €.» Por que é que haverá de estar na tabela feita pelo Ministério da Agricultura a 80 € como se fosse uma ovelha rafeira?! É, apesar de tudo, importante para quem a tem.

Estas coisas que parecem ser tão simples, a tecnoburocracia não consegue perceber isto. Portanto, há ajudas desadequadas, insuficientes. Consequência: eliminar as ajudas aos pequenos.

Mas falo também das culturas permanentes, como das vinhas e dos olivais. Quanto tempo é necessário esperar? A vinha ainda teve uma ajuda, mas, depois, faltou dinheiro. O VITIS (Regime de Apoio à Reestruturação e Reconversão da Vinha) já não tinha dinheiro para tanto, não teve dinheiro para depois cobrir os prejuízos na reestruturação da vinha ardida nos incêndios de 2017. Parece que agora o VITIS vai ser reforçado com 23 milhões de euros.

Nós, CNA, fomos alertando, passo a passo, para isto e agora acontecem coisas destas nas intempéries, nas cheias. Já agora, no Baixo Mondego, um sócio nosso ficou com a sua exploração de 10 ha cheia de areia. Ficou cheia de areia! Isto porque tiraram areia do Mondego, frente a Coimbra, ali no Açude-Ponte, e vieram depositar essa areia no leito do Mondego, mais a baixo, a jusante. Agora veio a cheia e carregou a areia outra vez. É que o Mondego já foi especialista em carregar coisas nas cheias que tinha, antes de haver a barragem da Aguieira. Portanto, ainda não se esqueceu dessa arte de carregar a aluvião. Encheu a exploração do homem de areia e ele agora nem pode vender a areia porque não tem CAE (Classificação Portuguesa de Atividades Económicas) nas finanças que lhe permita vender. Portanto, agora ou a tira ou a come. Tinha lá as hortícolas.

Não houve a candidatura simplificada das ajudas até 5000 €, já não houve em Monchique em 2019... Não houve isso para as intempéries.

E esta da candidatura simplificada interessa, porque ficaram de fora milhares. Em outubro, houve ainda um problema acrescido: primeiro, houve o anúncio de 1053 €. O Ministério da Agricultura não queria gastar 1 cêntimo, 1053 € era o colega da segurança social que ia pagar. Inicialmente, assim foi. Só a meio do campeonato, forçado, é que ele alargou a ajuda da

candidatura aos 5000 € como tinha sido em junho. Lá teve o Ministério da Agricultura de desembolsar a diferença que desembolsou o REVITA em junho nos incêndios. Passou para o Ministério da Agricultura.

Os agricultores que fizeram a primeira candidatura simples, na junta de freguesia ou na zona agrária, ficaram descansados — já fiz, já entreguei o papel. Depois, houve a informatização a 30 de novembro e os agricultores tiveram de voltar a fazer a candidatura, agora informatizada, mas o Ministério da Agricultura não foi sensível aos milhares que não se deram conta de que tinham de voltar à candidatura informatizada. Nós avisámos! Na zona agrária do meu concelho houve 600 que ficaram de fora só porque não souberam da passagem dos 1053 € para os 5000 € e coisas deste tipo, que parece incrível: os agricultores, na sua candidatura, deixaram o número de telefone fixo, porque nem todos têm telemóvel e a resposta do Ministério da Agricultura, qual juiz em causa própria, é «mandámos mensagens, SMS». Como é que estes telefones fixos antigos recebem essas mensagens?!

Não foram sensíveis a que estes homens e mulheres pudessem refazer uma candidatura e foram milhares, portanto aqui não houve só falta de vontade política da parte do ex-Ministro Capoulas, houve má vontade política nesta situação, ao contrário de toda a propaganda que fez a pretexto e, apesar de tudo, sempre pressionado. Fizemos algumas manifestações por causa disto e trouxemos a público.

Vamos lá a ver, a perda de rendimento, sim, não está compensada. Negaram-se sempre a fazer uma ajuda direta por perda de rendimento dos agricultores, a fundo perdido. Portanto, houve ajudas desadequadas, acesso dificultado e exclusão do acesso, nomeadamente na reposição do potencial produtivo. Uma ovelha bordaleira ou uma ovelha normal demora dois anos para começar a dar leite. Há um pastor na minha terra a quem morreram 30 ovelhas bordaleiras, ora se demoram dois anos a dar leite como é que o

homem consegue rendimento? Ele e outros com problemas por causa dos incêndios.

A apicultura é outro problema, porque nestas zonas sofreu e continua a sofrer muito com as consequências dos incêndios e a apicultura não tem nenhuma ajuda ao nível da pecuária. Sendo pecuária, a apicultura não tem as ajudas que os outros setores da pecuária têm. O PAN (Programa Apícola Nacional), por acaso, agora foi um pouco melhorado em algumas das ajudas aos tratamentos das abelhas, mas é um dos setores... Agora começa a cresta — que é como se chama quando se começa a tirar o mel das colmeias — portanto o escoamento/preço, vai vir aí outra vez um problema na apicultura. Deixo até um apelo à Comissão da Agricultura para poder aprofundar melhor isto.

Nisto das ajudas, e voltando ao REVITA, porque foi dinheiro de solidariedade e, portanto, é sagrado. O dinheiro dos nossos impostos também é, mas normalmente pagamos os impostos contra vontade, agora, o dinheiro de solidariedade é um gesto que... Estou no meu sofá mas quero ser útil de alguma forma, este dinheiro é ainda mais sagrado e, de facto, é preciso prestar contas a sério, ao cêntimo, de para onde é que foi este dinheiro. Transparência democrática, em suma.

O Sr. **Presidente**: — Devolvo a palavra ao Sr. Deputado João Dias.
Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, só para que fiquemos com um registo objetivo, porque temos de nos centrar no incêndio de Pedrógão, no fundo, podemos ficar com esta avaliação: no seu entender, as ajudas foram desadequadas devido à forma, ao aviso, como foram efetuadas e às dificuldades no acesso; foram insuficientes porque os valores dos apoios não

chegaram; e a perda de rendimento, então, nem sequer foi apoiada. Confirma isto?

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Sim, nesses incêndios de junho, que foram os maiores, Pedrógão, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis e Pampilhosa já sofreram desses pecados que enuncia, que se vieram a agravar nos incêndios de outubro, a seguir, e mais ainda nos de 2019, no Algarve. Embora nestes de Pedrógão, graças à solidariedade das pessoas e até de instituições, os agricultores souberam logo que podiam candidatar-se até 5000 €. Portanto, não houve os que ficaram a meio, ou seja, que fizeram uma candidatura até 1053 € e que depois mudaram a candidatura, como os de outubro vieram a sofrer com isto, e foram milhares! Fizeram a primeira candidatura até aos 1053 €, até 30 de outubro, como lhes foi dito, e ficaram descansados. «Já fiz, já entreguei o papel na Junta, na zona agrária», pensaram, mas depois mudaram as regras do campeonato a meio do jogo e não permitiram que essa gente pudesse refazer a sua candidatura. E mais aqueles que se esqueceram de todo e que não a fizeram, deixaram passar o prazo. E também são milhares.

Apesar de ter havido 21 000 contemplados, relativamente aos incêndios de outubro, ficaram, à vontade, 10 000 a 15 000 de fora das ajudas, por todos estes motivos.

O concelho de Oliveira do Hospital foi fustigado... 600 ficaram nos 1053 € e depois, como não fizeram a candidatura informatizada, perderam. Tenho dois conterrâneos, um com 67 anos e outro com 72 anos, que deram o número fixo porque era o único que tinham e disseram-lhes «nós avisámos numa mensagem SMS»!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Dias, faça favor.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Pergunto-lhe só, Sr. João Dinis, se concorda com esta afirmação que vou proferir: foram as perdas que se ajustaram às ajudas e não as ajudas que se ajustaram às perdas.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de responder.

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Sim, essa equação está lamentavelmente certa, porque esta tragédia, este desastre económico e ambiental... Tenho a noção de que as indemnizações monetárias às famílias dos mortos e dos feridos não correu mal, em termos de valores e de prazos, embora não paguem uma vida que se perde. Mas aí, apesar de tudo, não houve queixas. Já nos outros aspetos... Na reconstrução das primeiras habitações e, sobretudo, na das segundas habitações, em que o assunto passou das comissões de coordenação para os municípios, lá está, e depois cada município aprovou um regulamento para as segundas habitações... Resultado: lá estão elas, as ruínas das segundas habitações no meio de aldeias que já estão desertificadas do ponto de vista humano, porque agora os proprietários não têm dinheiro para as reconstruir.

Isto não ajuda nada ao nosso mundo rural. Há na minha rua, 50 m ao lado da minha habitação, uma segunda habitação ardida, com as paredes ainda enegrecidas por dentro, e os proprietários não têm capacidade financeira para estar a gastar 30 000 ou 40 000 € a reconstruir aquilo.

O assunto foi atirado para cima dos municípios que tiveram linha de crédito, para poderem lá ir. Por sua vez, os municípios arranjaram regulamentos municipais. Quem não tinha contrato de eletricidade, quem não tinha contrato de água seis meses antes do incêndio já não era contemplado, não podia candidatar-se à segunda habitação. Não tinha água, não tinha luz, como é que era segunda habitação, pergunta-se. Enfim, há muita gente que só põe a luz quando lá está no mês de férias, não é!

Em relação à reposição, agora não se chama reposição, chama-se restabelecimento do potencial produtivo, as coisas ficaram bastante piores.

Já agora, aproveitando esta oportunidade, até porque vim de longe — não é para vos estar a massacrar, Srs. Deputados! —, há aí outra vez uma barragem de propaganda... Aliás, cada Ministro consegue especializar-se em ser mais propagandista do que o anterior! Acho que há aqui uma emulação nesse sentido. Portanto, agora são 85 milhões por causa da COVID-19, e já subiu. A habilidade nisto é de tal ordem que, na passagem do segundo pilar do desenvolvimento rural para o primeiro pilar, estas ajudas, o Orçamento do Estado deixa de participar. Zero cêntimos! Ou seja, o Orçamento do Estado nacional ganha 20 milhões de euros. Portanto, isto é uma operação de lucro do Orçamento do Estado para pagar o Novo Banco, provavelmente.

Enfim, deve aproveitar-se, não é mau que seja tudo pago pelo orçamento da Comunidade. Aliás, a União Europeia enviou para Portugal 51 milhões ou 52 milhões de euros do Fundo de Solidariedade Europeu por causa dos incêndios. Há também grande discussão sobre se os municípios, o Estado, o Governo se aproveitaram deste dinheiro. A questão é: haja transparência democrática. Digam-nos onde é que ele foi investido, porque isso, sim, quero saber. Não me choca que seja o Governo ou as autarquias a utilizarem-no, por que é que não hão de poder utilizá-lo? Não tiveram prejuízos nas infraestruturas, nas estradas, etc.?

Muito mais complicado seria se fossem utilizados pelas telecomunicações por cabo, que vão arder outra vez porque voltaram a pôr postes de madeira e cabos a passarem lá pelo meio. Agora não têm as árvores por baixo, mas têm as giestas já com três metros de altura. Portanto, vão arder no próximo incêndio e lá vamos nós ficar outra vez sem comunicações! Mas ninguém os obrigou a meter os cabos por baixo, nas valetas das estradas, ou, pelo menos, a fazer os postes de forma a que não ardam. Portanto, mais

me chocaria que os 50 milhões da União Europeia fossem para essas empresas. Apesar de tudo, foi uma verba significativa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Dias, faça favor.

O Sr. **João Dias**: — Voltando a um tema que abordou na sua intervenção inicial, que tem a ver com a madeira e com a relevância que esta tem para a prevenção dos incêndios, nós sempre chamámos a atenção para que enquanto o produto da floresta não for valorizado na produção, naturalmente, haverá condições para que a floresta arda. Quem não tira rendimento da floresta dificilmente terá condições para a manter em termos da sua conservação e na prevenção dos incêndios.

Falou dos parques de madeira ardida e, em concreto, preocupam-nos as questões relacionadas com a situação de Pedrógão — quando dizemos Pedrógão é, genericamente, o incêndio de junho de 2017. Esta madeira ardida, qual foi o escoamento que teve? Que apoio teve esta madeira ardida?

No momento, se tivessem sido criados parques de madeira suficientes... Queremos saber se existiram parques de madeira, se foram suficientes, se responderam às necessidades da madeira ardida e se por falta de resposta em termos de parques adequados se perdeu então a valorização possível dessa madeira, que poderia ter sido conservada, salvaguardando assim também os seus rendimentos.

O que lhe queria perguntar era se deveria ter havido outras medidas face à produção de madeira que ardeu e que, ainda assim, tinha valor e rendimento, tivesse ela sido conservada adequadamente nos parques de madeira que deveriam ter sido criados, ou não, ou se foram criados de forma suficiente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de responder, Sr. Diretor.

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Quanto aos parques daquilo a que chamamos também de «salvados» dos incêndios, da madeira ardida, em fevereiro de 2018, numa audiência com o então Ministro Capoulas e com o então Secretário de Estado Miguel Freitas, dissemos-lhes que isso não iria funcionar, e não somos bruxos nem nos dá prazer nenhum prever coisas más. E porquê? Porque retirar madeira queimada de um pequeno proprietário florestal — como eu! —, cortá-la, transportá-la para um parque de receção de madeira a 30 ou 40 km de distância, só se carregar um TIR! Ao preço que é, mesmo com a bonificação que supostamente davam no parque ao produtor, só carregando um TIR ou dois. Ora, como é que eu carrego um TIR, ainda por cima em zonas acidentadas? Não dava. Tinham de ser criados parques ao nível de cada município, descentralizados, debaixo da gestão direta do ICNF, para que se salvaguardasse esse valor e, também, para que se salvaguardasse que esse material combustível deixasse de estar no chão, porque entretanto apodreceu e caiu, à espera do próximo incêndio no meio dos matagais.

Portanto, não fizeram isso. Funcionou um ou dois parques. Falaram em 10 milhões de euros, gastaram uns milhares do dinheiro que estava previsto e quem é que ganhou com isto? Os mesmos do costume! Ganharam os parques de receção.

Devo dizer-vos que, a dada a altura, não em 2018, mas no ano passado, alguma coisa se passou. Eu fiquei intrigado quando comecei a ver camiões TIR, à beira da estrada, a carregarem a madeira queimada. No ano de 2018 não apareceram, mas em 2019 apareceram.

Com a Inglaterra a comprar as *pellets*, as biomassas tiveram interesse económico em ir lá buscar, mas esse dinheiro e essa valorização não chega ao produtor, porque há um indivíduo que carrega um ou dois TIR, que é intermediário, que chega ao parque e diz: «O produtor sou eu» e o parque

não lhe vai pedir as escrituras das parcelas onde é suposto ele ter apanhado a madeira.

Quem ficou com a majoração do parque foi ainda o intermediário e foi, depois, o próprio parque, porque aquele que rececionou também tinha a bonificação e nem sequer lhe competia, acho eu, investigar se aquele camião TIR, com aquele senhor ao volante e ao serviço daquela empresa, de facto, eram os produtores e os legítimos proprietários da madeira que foi vendida.

Eu como cortei serração, pinho ardido, com mais de 20 centímetros de diâmetro, fui buscar um trator que levei à serração de madeira da minha terra — que não tinha um parque —, pagaram-me a 6 € a tonelada. Enfim, não sei o que é que ele fez, mas eu levei um trator, mas já não levei mais e o resto ficou lá e cortei, no ano seguinte, para fazer lenha. Eu ainda fiz isso, ainda retirei de lá as árvores ardidadas, mas a maior parte do pessoal nem lá está nas aldeias! Portanto, isto são exemplos. Hoje, o preço da madeira de eucalipto, ao alto, verde, está a 25 € a tonelada e, ao alto, na mata verde, o pinheiro está a 30 €, no máximo.

Falo sempre da minha própria experiência e o meu saber nisto é de experiência feito. A minha terra, onde eu habito, está situada no epicentro, provavelmente, da maior concentração industrial de derivados de madeira do mundo. Ouso dizer isto! Temos, a 130 quilómetros, as celuloses em Aveiro, as celuloses da Figueira da Foz, também a 130 quilómetros, duas das maiores fábricas de aglomerados do mundo — em Oliveira do Hospital, a Sonae e, em Nelas, a Luso Finsa —, temos biomassas elétricas, em Mortágua, biomassa e *pellets*, em Arganil.

A madeira está ao mesmo preço do que em Torres Vedras. Porquê? Porque eles se cartelizam, fazem tudo e ainda lhes sobra tempo. Não há coragem política — não digo vontade, porque até pode haver — de tocar nos cinco grupos económicos de derivados florestais, das 15 principais cotadas no PSI20! Enquanto não houver coragem para acabar com isto... Depois,

eles dizem que vão importar madeira, que pagam a 200 milhões de euros para as celuloses, bem mais cara, ali na Galiza, do que pagam aqui. Tem, de facto, de haver uma intervenção do Estado, do Governo, da Assembleia da República para que se moralize para que volte algum interesse económico à floresta que não seja apenas o eucalipto, porque o eucalipto ainda tem interesse económico.

Faço um plantio, posso gastar 1000 ou 1200 € por hectare para plantar eucalipto, surribar a terra, etc., mas depois faço três cortes, se a terra não for só pedra — faço o primeiro corte, dá uma segunda geração cuja madeira ainda é melhor do que a primeira e ainda posso fazer um terceiro. Em 30 anos, três cortes! O pinheiro, em 30 anos, só dá um corte, se for carvalho há de ser para os meus bisnetos. Mas isso também não é assim! Quem é que vai fazer madeira de carvalho ou móveis de carvalho daqui a anos? Já não fazem! Para o décimo ou vigésimo andar carrega-se madeira de carvalho?! São coisas tão práticas! Carregar madeira pesada nos elevadores? O pessoal vai ao mobiliário mais leve, mais barato. Ainda por cima, o carvalho e esse tipo de madeira, no inverno, se apanham humidades, é uma chatice, porque não abrem as gavetas. Portanto, nem os meus netos seriam beneficiados com os carvalhos, mas são importantes até porque são árvores belas.

O Sr. **Presidente**: — Tendo terminado a audição por parte do Grupo Parlamentar do PCP, dou a palavra ao Sr. Deputado Santinho Pacheco, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar o Sr. João Dinis. É sempre com gosto que o ouvimos, mesmo que não concordemos muitas vezes — a esmagadora maioria das vezes — com o seu pensamento, mas manda a verdade dizer que é um homem de

grande coerência, de pensamento estruturado e que não é possível deixar de o admirar na forma como tenta transmitir aquilo que pensa ser a sua verdade.

Antes de continuarmos, permitam-me que faça aqui justiça, até porque o PSD ainda não a fez até ao momento. Há um «elefante» nesta sala e esse «elefante» chama-se Chega. Durante três anos, o PSD andou com apetite e com vontade de constituir uma comissão parlamentar de inquérito sobre esta situação e nunca teve coragem de avançar. De repente, o Chega chega e levanta a questão da comissão parlamentar de inquérito, o PSD foi a correr e, no mês seguinte, tínhamos a Comissão Parlamentar de Inquérito. Estava a ser ingrato e como a ingratidão é um pouco feia o facto de lembrar aqui o Chega é mais do que justo.

Dirigindo-me agora ao nosso depoente, queria dizer que, até na propaganda, a CNA, pela voz de João Dinis, é coerente também. O que ouvimos aqui foi, verdadeiramente, uma aula e quem esteve com atenção sabe que é uma aula de alguém que é um verdadeiro mestre na forma como transmite um conjunto de ideias. Ao longo da anterior Legislatura, na Comissão de Agricultura, ouvimo-lo por várias vezes e não há um desvio nem cedência a absolutamente nada.

Mas vamos direito ao assunto, senão aproveitamos muito pouco para a Comissão Parlamentar de Inquérito e para o Sr. Relator que quer chegar a conclusões sobre o objeto concreto desta comissão.

O Relatório da Comissão Técnica Independente sobre os incêndios de Pedrogão, de junho de 2017, não podia ser mais claro: quatro horas após o início, tinham ardido 1211 ha; era um fogo incontrollável, independentemente dos meios disponíveis; mais quatro horas e já tinham sido consumidos 8500 ha durante 10 minutos o incêndio avançou 15 Km por hora e foi aí que a maior parte das vítimas sucumbiu.

Queria perguntar-lhe se este relato o surpreendeu ou se, na verdade, isso de certa maneira encaixa na sua visão de uma floresta desordenada que é, efetivamente, a nossa.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Emília Cerqueira, pede a palavra para que efeito?

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos e para defesa da honra do PSD, atendendo às declarações, feitas pelo Sr. Deputado Santinho Pacheco, quanto à postura do «elefante» na sala, que referiu no início da sua intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, de facto, não há elefantes na sala por parte do PSD. Houve sempre uma postura de responsabilidade que levou o PSD, aliás, aquando da tragédia dos incêndios de Pedrogão Grande, a sugerir a constituição de uma comissão técnica independente, que acabou por ser constituída para que não se fizesse politização da tragédia, que foi algo que o PSD nunca fez.

Agora, tentar chamar de elefante no meio da sala a toda a falta de transparência que houve neste processo, o que está mais do que sabido, quando o PS teve o mesmo comportamento de sempre, tentando obstaculizar a atuação dos partidos e a clarificação, realmente parece-me, no mínimo infeliz, Sr. Deputado. Lamento que venha da sua parte, pois não contava com isso.

O Sr. **Presidente**: — Vamos voltar à nossa audição.

Sr. Deputado Santinho Pacheco, faça favor.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Presidente, queria dar uma explicação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Santinho Pacheco, tem a palavra para dar explicações.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Presidente, queria dar uma explicação. Obviamente, não atingi nem podia ter atingido a honra de nenhum dos Srs. Deputados e muito menos do Grupo Parlamentar do PSD.

O que disse foi que era ingratidão não haver aqui uma chamada de atenção para o facto de ter sido o Chega, pois isto é factual. O Chega foi o primeiro partido que, durante a atual Legislatura, em fevereiro passado, disse que queria constituir uma comissão parlamentar de inquérito e só aí o PSD avançou. Onde está o mal disto? Isto é factual!

Repito: tenho a hombridade de dizer que não quis atingir a honra, e não a atingi, mas, de qualquer forma, peço desculpa se foi esse o pensamento da Sr.^a Deputada.

O Sr. **Presidente**: — Ficaram claras as posições dos partidos e o que pretendiam fazer a reboque das interpelações em defesa da honra.

Feito isto, podemos voltar à nossa audição. Dou a palavra, para responder, ao Sr. Diretor João Dinis.

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Pois, Sr. Deputado Santinho Pacheco, começo por saudá-lo. Somos da mesma região, somos dois beirões incontornáveis.

De facto, comecei por dizer que os incêndios têm sido cada vez mais extensos e mais violentos. Estes foram de uma violência extrema, enfim, com falhas humanas, que também as houve, e que provocaram aquela tragédia humana e o desastre económico, ambiental e anímico. No dia 15 para 16 de outubro, Oliveira do Hospital ardeu todo em sete horas, Seia também foi severamente afetada num incêndio que se iniciou quase no cimo da serra, a cerca de 1000 metros de altitude, nesse dia, que desceu por ali abaixo. Depois, juntaram-se vários incêndios.

Primeiro, sabemos que a nossa floresta dominante, no Centro e no Norte, é o pinheiro, que é uma tocha de resina, e o eucalipto, que é uma tocha de óleo. Quando pega um incêndio com secura tocado a vento, num combustível desta natureza, começa num concelho e acaba no terceiro concelho limítrofe. Portanto, ardem 20 000, 30 000, 40 000 ha seguidos. Disse que o incêndio de Monchique esteve uma semana a arder. Nunca, num só incêndio, esteve tanta gente! Estavam dois generais no incêndio de Monchique: o da GNR e o da Proteção Civil. Nem que lá estivessem dois marechais, aquele incêndio... Como é que é possível? Porque, de facto, não temos a floresta ordenada, porque, de facto, a floresta perdeu interesse económico para a grande parte dos proprietários. Eu falo por mim. Tive um incêndio em 2005, reflorestei, ardeu tudo em 2017. Ando a reflorestar aos bocados, à espera do próximo! Isto é uma coisa... Isto é fatalismo? Não, é aquilo que estamos a sofrer.

Como é que é possível aprovar-se, no ano passado, um PROF (Plano Regional de Ordenamento Florestal) que, quando é aprovado e publicado em *Diário da República*, já está desatualizado? Desatualizado pelo quê? Pelos incêndios de junho, de outubro, etc. Portanto, agora temos de atualizar o PROF. Depois, o inventário florestal é o de 2015! Então, qual é a mancha de eucalipto? Onde está o eucalipto? Onde é que está o pinhal? O montado é uma coisa e, agora, o sobreiro industrial é outra, porque não são a mesma

coisa. Como que é se fazem, apesar de tudo? Referi que há programas interessantes, como participações a 85%, a 90% e até a 100%, em ZIF (zonas de intervenção florestal), o que são ajudas interessantes. Por que é que os proprietários e os pequenos e médios produtores não vão lá? Não vão, porque, primeiro, têm de ter a quota-parte de muitos destes projetos e, depois, porque, de facto, não há ânimo. Eu sei, porque estou a fazer aquilo em três parcelas. É pouco, mas sei que, daqui a meia dúzia de anos, lá vai aquilo tudo outra vez.

Neste contexto, não há gente nas aldeias, temos as nossas aldeias sem gente. Sempre houve incêndios, sempre houve vento, sempre houve calor. Quando, há 50 anos, havia um incêndio a começar tocava o sino a rebate e estavam lá 100 ou 200 pessoas a combatê-lo. Eram os vizinhos, eram os próprios.

É que, há 50 anos, um pinhal — não havia assim eucaliptal — era um fundo para o casamento de uma filha, era um fundo para uma doença que os proprietários tinham. Agora, perdeu, a madeira está mais barata do que há 30 anos, a madeira ao alto na mata e na fábrica. À entrada da fábrica inventaram a certificação que serviu para baixar o preço à maior parte dos proprietários produtores florestais.

A certificação do eucalipto serviu para baixar o preço. Ao contrário do que dizem as celuloses, que quem certifica recebe mais, sendo aritmeticamente verdade, não é exatamente assim. Desmontando: no ano zero da certificação, quando começou, a madeira certificada foi paga ao preço que já vinha e não a certificada baixou. O jogo foi este.

Isto interessa à indústria porque se defende melhor no mercado internacional, e por aí tudo bem. Produzimos pasta de papel por metros de produção certificada e isso valoriza a posição no mercado internacional. Por aí tudo bem. Mas que façam chegar também um pedaço... Não tem de ser

nem 50% dos lucros que tiveram. Houve grupos de celulose que valorizaram as suas ações, em 2018, em 40%! Isto são milhões.

«Oxigenem» aqui porque o problema agora vai ser onde é que está o pinhal para as pequenas e médias serrações como a da minha terra. Não há pinhal verde num raio de 100 km. Ir buscá-lo, cortá-lo e trazê-lo fica logo muito mais caro. Ou não paga na produção ou, então, tem problemas com isso.

A questão do ambiente é, de facto, um drama. É que as giestas a crescerem são verdes, retêm carbono e tudo o mais, as silvas a crescerem retêm carbono, dão amoras, que até são boas, e tudo isso, mas precisamos de voltar a reflorestar parte substancial das áreas percorridas por incêndios, quanto mais não seja com pinho, apesar do nemátodo.

Por exemplo, eu não posso replantar com pinheiro bravo, porque na zona onde tenho as parcelas é Rede Natura 2000, é zona de nemátodo e não posso pôr pinheiro bravo.

Agora inventaram as ajudas ecossistémicas. Foi o anterior governo e agora o Ministério do Ambiente está no seu terreno. Há agora estas ajudas, está a sair legislação acerca de sistema cadastral simplificado e prepara-se já a revisão fiscal do IMI (Imposto Municipal Sobre Imóveis) e do outro imposto. Espero que se se proceder a essa revisão fiscal, com aumento do IMI e do outro — como é que se chama o outro imposto? — que está em estudo atualmente, o latifúndio vá pagar IMI como deve. Esperemos que não seja só eu, que não venham agora aumentar em 20 ou 30 vezes o IMI. De facto, o IMI é baixo, reconheço-o.

Quanto ao cadastro simplificado inventaram um algoritmo. Para se ver a localização das parcelas inventaram um algoritmo. Agora estas coisas são assim. Mas, tenham a santa paciência, não é possível fazer um cadastro efetivo sem se ir ao terreno e, no terreno, o problema é como é que se descobrem os marcos, as partilhas. Há aqui uma coisa difícil.

É evidente que hoje o emparcelamento é um facto. Quem souber, na minha terra, quem são os seus vizinhos — se está no Brasil, se já morreram ou onde é que estão — emparcela, junta às suas terras as dos vizinhos. Isto acaba por ser um processo prático de atentado ao direito de propriedade. Aliás, a pretexto — eu não disse isto — da reforma da floresta e da legislação do cadastro, o que está subjacente é abrir portas à espoliação do direito de propriedade, em que os grandes grupos empresariais, os grandes proprietários, intermediários, fiquem com a via verde legal, jurídica, para entrarem, anexarem, espoliarem a propriedade dos pequenos e médios na zona do minifúndio.

A propriedade rústica, no Centro e Norte do País, é calculada em mais de 10 milhões de parcelas. É evidente que isto é um problema e hoje também já a lei dos indivisos florestais — menos de 4 ha não podem ser divididos. Portanto, isto já estava para os terrenos agrícolas e agora é também para os florestais.

A nova lei fundiária, que também já está aprovada, também caminha nesse sentido. É essa a tendência dominante, é para aí que sopram os ventos na legislação, e, no nosso País, ainda temos uma realidade que é a dos baldios, que são 400 000 ha — por acaso estiveram muito mal na revisão da lei de 2011 ou 2012 e isso foi corrigido em 2015 ou 2016, na Assembleia da República, quando foi revista a lei dos baldios.

Mas deixo aqui mais esta informação: um grupo da distribuição a retalho, da grande distribuição, o maior grupo, que está com grandes investimentos na área da pecuária, aparece agora a patrocinar um projeto em Arganil com baldios. Provavelmente, não será certamente para criar florzinhas campestres nas zonas dos baldios, e são ali umas centenas de hectares. Mas apareceu na parceria com a Câmara Municipal de Arganil, que, aliás, fez segredo disso durante um ano, a Jerónimo Martins, numa parceria

para os baldios em Arganil. Mas será que eles vão lá pôr florezinhas para fazerem coroas de flores, grinaldas de flores? Pode ser que sim!...

Portanto, o baldio continua debaixo da apetência dos grandes interesses económicos, e não só, até porque há as eólicas, agora há as fotovoltaicas, que são fontes de rendimento que se ficarem nos compartes é uma coisa mas se não ficarem é outra coisa completamente diferente. Mas é também para aí que sopram os ventos, para as eólicas, para as fotovoltaicas.

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar a palavra ao Sr. Deputado Santinho Pacheco...

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Peço desculpa, Sr. Presidente, mas acabei por não... Desculpem que eu, às vezes, divago...

O Sr. **Presidente**: — Mas vai terminar mesmo, não vai?

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Vou mesmo terminar, Sr. Presidente.

De facto, as condições climáticas nos incêndios de junho e de outubro foram nunca vistas. Aquele vento de sul em outubro, seco, quente, tudo aquilo se conjugou, de facto, para fazer arder como pólvora a tocha de resina que é o pinhal e a tocha de óleo que é o eucalipto, com projeções de 500 ou 1000 m a arder. Aquilo foi de facto incontrollável mas porque apanhou aquilo que lá estava e que andou anos a formar-se, aquela mancha da monocultura de eucalipto. Mesmo Pedrogão ainda tinha uma mancha de pinhal, Oliveira do Hospital, praticamente, só tinha pinhal e vão deixar de ter porque os poucos eucaliptos que por lá havia — não havia muitos — souberam multiplicar-se aos milhões.

O eucalipto transformou-se numa praga que se multiplicou, com o incendio de outubro, aos milhões. A cápsula do eucalipto estava madura, apanhou o calor, foi pelo ar e são milhões. Parecem alfobres! E lá estão... Massa de combustível!

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar a palavra ao Sr. Deputado Santinho Pacheco, queria dizer aos Srs. Deputados o seguinte: esta Comissão é eventual, não é permanente, e tem um objeto, sobre o qual estamos a refletir, que é a atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior. No final, esta Comissão pretende obter um relatório, apurar factos e, eventualmente, responsabilidades.

A benefício dos serviços, dos trabalhos da Comissão e desse apuramento, ia fazer um apelo aos Srs. Deputados — até porque temos uma ronda de pergunta/resposta— no sentido de, se entenderem, formularem perguntas concretas, na expectativa de que possamos obter também da parte do depoente respostas concretas. Se as perguntas forem mais vagas, as respostas serão também mais vagas e podemos correr o risco de nos descentrarmos daquilo que aqui nos trouxe.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Santinho Pacheco.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Presidente, durante muito tempo a comunicação social veiculou um conjunto de notícias em que, de certa maneira, a juntar ao papel de vítimas, e vítimas marcadas para sempre, das gentes de Pedrógão, as quis tratar como oportunistas ou trapaceiros.

Entende que esse julgamento na praça pública, sem critério, prejudicou a imagem real da gente boa de Pedrógão Grande?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Diretor.

O Sr. João Manuel Fontes Dinis: — Sim, de facto, esse foi o anátema. No meio distou tudo, as vítimas passam a culpados, a trapalhões, a trapaceiros, a vigaristas. É tudo uma cambada de «vígáros»: dos autarcas aos que se candidataram às habitações, aos agricultores, que não tiveram 5000 € de prejuízo e que se candidataram...

Lamentavelmente, a opinião pública, sobretudo a cidadina, está muito marcada por essa opinião que lhe foi «injetada». Foi uma autêntica epidemia de desinformação, porque, como dizia o poeta, para a mentira ter efeito tem de trazer à mistura um pouco de verdade.

Por isso eu disse: «ao tribunal o que for do tribunal» e que sejam apuradas todas as responsabilidades, sem esquecer as dos meios de combate aéreos e até terrestres; onde há suspeitas, investigue-se. Portanto, ao tribunal o que é do tribunal, às autarquias o que é das autarquias, às populações o que é das populações, ou o que era e que, de facto, perderam.

De facto, é lamentável que a coisa se tenha virado ao contrário. Aliás, há outros exemplos noutras áreas, mas também não é alheia a isto uma tendência com que os vários governos, desde há muitos anos, pecam, que é a dos milhões — 200 milhões e mais 300 milhões... Quem está a ouvir a televisão ou a rádio fica mesmo convencido que isto é assim. As pessoas não sabem que, dos 600 milhões das ajudas diretas, 5% dos grandes beneficiários ficam com grande parte dos 600 milhões. E no investimento é a mesma proporção. Para estar a explicar isto às pessoas tinha de falar com uma de cada vez durante duas horas e não sei se as pessoas iam acreditar.

Já me tem acontecido vir de uma manifestação de agricultores e, chegando à minha terra, ir ao café e ouvir: «então, quanto é que te vai cair no bolso, agora, depois da manifestação?» E são pessoas que me conhecem, dizem aquilo na brincadeira. Mas eu não sei se é tão brincadeira assim, se na

cabeça delas não está essa ideia: «vocês recebem milhões e ainda se queixam»...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Santinho Pacheco, faça favor.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Reparei, na sua intervenção inicial, que conhece bem o funcionamento do programa REVITA, que se dirigia aos concelhos de Pedrógão, Castanheira e Figueiró.

Se os critérios de aprovação eram os mesmos, se a Comissão Técnica e a Comissão de Gestão eram as mesmas, por que razão é que só se apontam ilegalidades em Pedrógão?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra para responder, Sr. João Dinis.

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Efetivamente, Pedrógão foi um choque! Pedrógão ficou conhecido no mundo inteiro, no mau sentido. Tenho uma tia que me telefonou do Brasil: «Mas isso é guerra?! Isso é guerra aí!? Que tragédia é essa?» Aquela estrada com não sei quantas viaturas carbonizadas, onde morreram 30 ou 40 pessoas, é guerra! É uma guerra!

Isso ficou marcadíssimo nas pessoas e, portanto, é natural que, quando se fala de Pedrógão, ainda hoje, as pessoas associem imediatamente à tragédia e ao incêndio. Também por isso, Pedrógão, e esse incêndio de junho, ficou especialmente marcado para se acusar o Estado... O Estado tem as costas larguíssimas, não é? Eu também sou Estado! A CNA fartou-se de avisar durante anos: «Pelo andar da carruagem, a gente vai ter estes problemas!» E continuamos a falar nisso! Portanto, há Estado, sim, eu sou Estado, mas uns são mais responsáveis do que outros — atenção!

Mas, efetivamente, ficou debaixo de olho e de ataque, com esta ideia de que «eh, pá, é tudo vigarice»... É como o RSI, o rendimento social de inserção! Ficou marcado com isso! Não adianta, quer dizer, chegar às pessoas e defender o rendimento social de inserção, as pessoas não... Não dá, pá! Dizem assim: «Querem é receber dinheiro para se emborracharem sem trabalhar!» Eh, pá, isto... Quer dizer, eu posso passar horas... Isto só mudando o nome ao apoio. Assim como este ataque...

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro fez uma coisa no seu *site*, depois dos incêndios de outubro, que não devia ter feito. No *site* da CCDR Centro vinha uma janela para se denunciar irregularidades que se detetassem na questão das declarações das habitações. Quando essa CCDR, presidida pela agora Ministra da Coesão Territorial, põe no seu *site* uma janela para que se denuncie o vizinho, isso é instigar, muitas das vezes, aquilo que de pior há entre as pessoas e entre vizinhos, que são ódios, que são invejas, que são não sei quê.

Não há ninguém que não gostasse — também há, depois, a parte humana — de reconstruir a sua casa, sobretudo se ela ficou chamuscada. Portanto, é legítimo, até um determinado ponto, as pessoas tentarem reconstruir a sua casa. Mas nós também avisámos que, se na legislação tivesse sido considerada a morada fiscal antes dos incêndios, se tinha evitado que algumas pessoas mudassem a sua residência fiscal. Mas essas pessoas são criminosas, mesmo criminosas? Tiraram partido de uma situação, porque isso lhes foi proporcionado. Se nos tivessem ouvido, lá está, teriam posto na regulamentação: «Atenção que a morada fiscal que conta é antes de 15 de outubro» — ou de 17 de junho, no caso do incêndio de Pedrógão. Não puseram e, portanto, isso levou a essas situações. Mas, ainda assim, não pode pagar o justo pelo pecador.

Se há irregularidades com dinheiros públicos ou com dinheiros do REVITA, ao tribunal o que for do tribunal. O tribunal está, neste momento,

em instrução de processos com autarcas, com pessoas individuais arguidas. O presidente de câmara do meu município é arguido numa queixa que foi feita por causa do incêndio de outubro. E, hoje, ai do presidente de câmara se houver uma tragédia sequer parecida com estas de 2017, porque o juiz espeta-o atrás das grades! A legislação atual... Hoje, um presidente de câmara que se cuide, porque esta municipalização da responsabilidade também tem essa...! Hoje é pior do que em 2017.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. João Dinis.

Sr. Deputado, tem a palavra novamente.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Aliás, o Tribunal de Contas, no seu relatório, até refere que uma das situações que não devia ter acontecido foi a inexistência, nos incêndios de junho, de um balcão de queixas onde as pessoas pudessem, na verdade, apresentar as reclamações que entendessem.

É que haver tanta suspeição é esquisito. Repare, o Ministério Público estava a investigar, em Pedrógão, dois ou três dias depois dos incêndios, segundo afirmou a Sr.^a Procuradora-Geral da República. Em terras pequenas, toda a gente conhece toda a gente e todas as situações das casas e etc. eram conhecidas. Por que é que só após uma reportagem na comunicação social, a nível nacional, tudo isto — esta perseguição, chamemos-lhe assim — acontece em Pedrógão?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Tem a palavra para responder, Sr. João Dinis.

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — O Sr. Deputado saberá melhor que eu algumas razões que não vêm à liça — publicamente, pelo menos. Essa matéria, obviamente, não domino, embora tenha opinião. Eu, pessoalmente,

tenho opinião, mas a CNA não tem, e, portanto, como a minha opinião pessoal pesa pouco ou nada, escuso-me a transmiti-la aqui.

No entanto, percebo a sua pergunta. Entendo-a perfeitamente, tendo em conta o contexto de Pedrógão. Há de ser aí que a coisa se situa. Mas também há manipulação doutro tipo, isto é, manipulação casual — o que parece contraditório, mas não é —, em algumas reportagens sobre os incêndios e sobre situações derivadas dos incêndios.

Bem, não vou estar agora aqui a pormenorizar uma dessas, que diz respeito ao meu concelho, a uma população vizinha da minha, em que isso foi completamente flagrante. Transparece, depois, para a opinião pública aquilo de que falámos há bocado: «Estes gajos queixam-se, pá, recebem milhões e são vigaristas!» É uma coisa terrível!

Para se desfazer essa ideia, num contexto em que vêm agora mais 85 milhões para a COVID-19... Se eu lá aparecer amanhã, se souberem que eu vim aqui, dizem-me: «Quanto é que já trouxeste hoje lá... Foste à Assembleia da República, trouxeste de lá algum e tal?...» Oh, pá, é uma coisa terrível! Terrível!

Nisto, não adianta a gente... Dignificar, perante a opinião pública, o agricultor, o rural, é, hoje, uma tarefa nacional, é uma tarefa de impacto nacional, um dever nacional e patriótico. Essa gente, a nossa gente, sofreu e sofre com a COVID... Ainda agora, em março, disseram: «Fique em casa! Não saia, fique em casa!» — e, agora, vêm com as multas, porque não limpou a mancha florestal à volta da povoação. Então, ficou em casa! Pessoas com 60 anos, 70 anos... Disseram: «Fique em casa, não saia! Fique em casa!» Agora, vem a GNR, há contraordenação e coima a seguir, porque não saiu de casa, não foi limpar...

Portanto, a nossa gente sofre. Há, de facto, um núcleo de privilegiados. Era necessário termos falado nisso há anos, desde 85, e mudar esse sistema da política agrícola comum, em que, em Portugal, 2% dos grandes

beneficiários recebem mais do que os outros todos juntos, quer nas ajudas diretas — as ajudas do primeiro pilar —, quer nas ajudas ao investimento.

O Grupo Amorim, que agora foi contemplado com 500 000 € para alteração da paisagem, ainda «a procissão ia no adro», já estava em Bruxelas, a apresentar meia dúzia de projetos de investimento na floresta. Mas quem é que lhes ensina alguma coisa? É evidente que não! Eu não tenho nenhuma pretensão de lhes ensinar nada. Posso é dizer aquilo que estou aqui a dizer e cada um que julgue.

Assim a gente não vai lá, porque, agora, o que eles vão fazer naquela quinta — e eles que provem o contrário — é que ainda vão receber mais dinheiro quando fizerem «montado de sobro». Não vão fazer montado de sobro! Eles vão pôr árvores a 10 m umas das outras e o montado de sobro é a 30 m ou 40 m, que é para haver pastagens, que é para haver animais. O grupo não vai fazer isso, vai fazer cortiça! Portanto, não vai fazer montado de sobro e vai receber ajudas disso.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. João Dinis.

Tem a palavra o Sr. Deputado Santinho Pacheco.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Particularmente, penso eu, quando o País até deve entender que a forma como decorreu todo o processo pós-incêndios, em Pedrógão, até foi normal e, em muitos aspetos, positivo.

Estamos no tempo de os tribunais falarem, como disse, e bem. Por exemplo, a questão da indemnização às vítimas, conduzida pela Provedoria de Justiça, foi exemplar, sem um único caso de recurso para os tribunais.

Já agora, conhece algum outro fogo rural, grande ou pequeno, com ou sem vítimas mortais e feridos, em que um Governo, o Estado, tenha sido tão célere a ir para o terreno, juntamente com os familiares das vítimas, dar o apoio imediato e possível a todos?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra para responder, Sr. Diretor.

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Do que estou lembrado, o primeiro a aparecer lá foi o Presidente da República. Até havia um Primeiro-Ministro que estava de férias!... Contudo, creio que a onda de choque que a tragédia provocou, de facto, fez tocar campainhas, fez acelerar alguns processos que estavam escondidos, mas também trouxe à vista a «careca». Mostrou a «careca» do sistema!

Em relação ao Ministério da Agricultura, às autoridades, às entidades que estiveram envolvidas no processo, do ponto de vista da celeridade, como disse, e particularmente nas indemnizações às vítimas, a coisa não correu mal. Correu bem! E, portanto, isso deve assinalar-se, embora, como também já disse, não pague uma vida que se perde.

Já, por exemplo, em relação à questão das primeiras habitações, que foi com a Comissão de Coordenação da Região Centro, as coisas demoraram tempo demais e o processo das segundas habitações demorou ainda mais tempo e praticamente sem eficácia. E, aqui, quem apanha por tabela são os municípios, porque a responsabilidade direta pela reconstrução das segundas habitações é municipal.

Como também se calaram e a aceitaram, é legítimo que aqui digamos que não corresponderam a essa responsabilidade, mas também dizemos, a seguir, que quem devia continuar com esse processo era a Comissão de Coordenação, que, aliás, já tinha a experiência das primeiras habitações, um processo que também foi complicado, com adjudicações e mais adjudicações, os concursos públicos e tudo isso. Com essa experiência toda, por que é que não continuaram no processo das segundas habitações? Passaram-no para os municípios. Foi uma «batata quente», mais uma! Como

disse, só espero é que não haja mais uma tragédia sequer parecida, porque, aí, o presidente de câmara envolvido vai ver-se muito mal, com a legislação atual.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Santinho Pacheco.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Mesmo quando se afirma que houve expectativas criadas que foram defraudadas, confirma ou não que, antes de 2017, nunca houve apoios do Estado para pequenos agricultores em qualquer incêndio florestal em Portugal?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. João Dinis.

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Desse tipo, portanto, aquele inicial de 2017, em que até 5000 € era uma candidatura simplificada, desburocratizada, suscetível de ser fiscalizada — e foi fiscalizada, houve fiscalização no terreno, mesmo dessas candidaturas simplificadas —, nunca houve. Houve, sim, a reposição do potencial produtivo em zonas percorridas por incêndios, que era uma candidatura ao PRODER, depois PDR 2020, e antes também já tinha havido ajudas institucionais desse tipo, ou seja, linhas de crédito bonificadas, etc.

O problema é que a coisa boa e realmente diferente que foi criada em 2017, isto é, a ajuda de candidatura simplificada, acabou — acabou em 2017! E isso faz-nos falta, porque era desburocratizada, simplificada e ajudava as pessoas, ajudava-as a recuperar dos problemas de perda patrimonial, de perda de rendimentos, de ânimo — ânimo precisa-se, mais até, às vezes, do que da própria ajuda financeira, mas, já agora, não vale a pena estar a trazer aqui este aspeto, um aspeto um pouco colateral.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Manda a justiça que se diga que antes de 2017 havia os apoios do tipo PDR e só pagos a prejuízos acima de 2000 €, pois abaixo desse valor ninguém recebia absolutamente nada. Isto é correto que se diga. E em 2003 ou 2005 foram também muito grandes os incêndios que aconteceram em Portugal. Alguém se lembra que tenha sido pago um cêntimo que fosse pelos prejuízos que tiveram, de toda a ordem? Mas «adiante, que se faz tarde!».

Queria chamar a atenção para outro assunto. Houve muita confusão com as ajudas comunitárias do Fundo de Solidariedade da União Europeia, 50,6 milhões de euros concedidos ao Estado português. Sabe, com certeza, que esse fundo não pode compensar perdas privadas e que se destinava exclusivamente a infraestruturas públicas e municipais. Dê-nos o seu testemunho, tanto mais que é muito importante acabar de vez com este mito acusatório que está todos os dias sob a alçada de quem tem obrigação de gerir este Fundo de Solidariedade da União Europeia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Diretor, para responder.

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Há pouco, eu já tinha abordado, exatamente, essa situação do Fundo de Solidariedade, que nesse caso foi pelos incêndios, como no caso dos holandeses ou dos alemães foi por causa das cheias. Aliás, até há pouco tempo, a Alemanha era o país que tinha obtido mais dinheiro desse Fundo de Solidariedade, a Alemanha!

Mas esse dinheiro para apoio às infraestruturas públicas — sendo municipais ou da administração central —, se mais dinheiro houvesse mais dinheiro seria utilizado, porque os prejuízos foram mais elevados do que essa

verba e, desde que haja transparência, foi o que eu disse, desde que eu saiba, as populações saibam onde é que exatamente foram investidos, mas isso é impossível saber, é impossível saber quem domina esses elementos, para os ir buscar... Portanto, aceitamos perfeitamente que seja o Estado — autarquias e governo central — a utilizar essa verba e que, simultaneamente, também seja capaz de criar outros estímulos para os agricultores, para os produtores florestais, para as populações. Enfim, dos 5000 € relativos aos incêndios de outubro de 2017 houve 21 000 candidaturas, 21 000 ainda é muita gente! O problema é que ficaram uns 15 000 de fora, esse é que é o problema e eu disse que isso é insatisfatório. E uma ajuda que foi forçada, porque em Pedrógão, a segurança social tinha gastado 1053 €, o Ministério da Agricultura, zero, foi o REVITA que cobriu a diferença. Como neste outubro já não havia REVITA, quem é que chegava aos 5000 €? Lá teve de ser o Ministério da Agricultura, mas só depois de ser pressionado, inclusivamente, com manifestações. Mas, ainda assim, são 21 000, é preciso também realçar isso e houve muita gente, muito pequeno agricultor, que refez a sua pequena exploração: refez a sua casa, o telhado da sua palhota, que tinha ardido, foi refeito; plantou outra vez a vinha, que tinha ardido, apesar de o VITIS também ter «secado» rapidamente, mas, registando isso, assinalamos a insatisfação, porque poderia ter sido melhor. Que pena não ter sido melhor ainda, não é?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Santinho Pacheco, tem a palavra.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Ainda ontem a Sr.^a Presidente da Câmara de Castanheira de Pera o referiu e confirmou: o Ministério da Agricultura, passados poucos dias do incêndio, tinha várias equipas no terreno, daqueles sete concelhos, a fazer o levantamento dos prejuízos da lavoura. Só nos três concelhos, Castanheira de Pera, Figueiró e Pedrógão,

foram preenchidas declarações de pedidos de indemnização a 371, 454 e 895 cidadãos agricultores. O montante dos prejuízos rondou os 20 milhões de euros, a saber: 262 000 € em alimentação animal, 18,730 milhões de euros no restabelecimento do potencial produtivo e 360 000 € por morte de animais. É uma situação nunca antes vista em qualquer fogo. Acho que nós, tantas vezes, e bem, que com justiça «batemos» na DRAP Centro (Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro), acho que é o momento de elogiar o bom trabalho que a DRAP teve nesta circunstância. É de inteira justiça.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Diretor, tem a palavra, para responder.

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Rapidamente: foi, de facto, notável o trabalho dos técnicos do Ministério da Agricultura que foram para o terreno. Houve gente de Santarém — e agora passo para o caso do incêndio de outubro — que foi trabalhar para Oliveira do Hospital, aceitaram fazer isso e isso, registe-se, é bastante positivo.

Vamos lá balizar as coisas: dizer que nunca antes houve ajudas como houve no caso destes incêndios é verdade, mas nunca antes houve incêndios sequer parecidos àqueles. A violência e extensão daqueles incêndios exigiam isso e ainda mais, porque a tragédia humana foi uma brutalidade e o desastre económico e ambiental nunca antes vistos! E as ondas de choque também não deram margem a que o Ministro Capoulas se pusesse de fora em outubro!

O Sr. **Presidente**: — Termina, assim, a primeira ronda do Partido Socialista.

Vou dar a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, sendo que esta intervenção será dividida entre a Sr.^a Deputada Emília Cerqueira e o Sr. Deputado António Lima Costa.

Dou, assim, a palavra à Sr.^a Deputada Emília Cerqueira.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, começava por cumprimentar o Sr. João Dinis da CNA. É um gosto revê-lo, já nos encontrámos várias vezes, nomeadamente na Comissão de Agricultura e Mar.

Permita-me que comece por citá-lo nesta minha curta intervenção.

Dizia, o Sr. João Dinis, e bem, que é importante balizar as coisas e também deu aqui uma nota que me parece relevante, quando refere que «o dinheiro da solidariedade é ainda mais sagrado do que o dinheiro dos nossos impostos» e, mais tarde, «desde que haja transparência». Essa é a questão, Sr. João Dinis, porque, às vezes, parece-me que se quer transformar estas audições numa espécie de ataque a vítimas, e vítimas são sempre vítimas e importa aqui deixar nota, mais uma vez, que esta Comissão respeita ao processo de atribuição de apoios na sequência dos incêndios rurais ocorridos em 2017 em todos os concelhos do Pinhal Interior e não só em Pedrógão.

Sr. João Dinis, depois de o ouvir aqui muito atentamente, considera que tentar descobrir-se ou tentar apurar a verdade na atribuição dos fundos e buscar a transparência, não na perseguição das vítimas, mas sim nos processos de atribuição dos fundos, é ir contra o interesse das vítimas e, de alguma maneira, desrespeitar a tragédia de Pedrógão?

Queria deixar-lhe esta pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Diretor, tem a palavra, para responder.

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Sobre os incêndios de junho e, muito em particular, em torno do Fundo REVITA, eu digo ao tribunal o que

for do tribunal, sem hesitação; aos autarcas o que for dos autarcas; às pessoas e, em particular, às vítimas, o que for das pessoas e das vítimas.

A transparência democrática é uma virtude, não é um defeito, o problema é que às vezes não há, e contribuir para que a transparência democrática seja uma regra é uma boa iniciativa, venha de quem vier!

A questão é que isto está num contexto e peço que nós nos situemos também nesse contexto.

Estive a ler, na viagem que fiz até aqui, o relatório do REVITA, de dezembro de 2019, portanto, há de ser o último, em que refere as casas, os agricultores, os milhões de euros — 6 e tal milhões de euros — que foram investidos, quem deu dinheiro — as instituições, até pessoas, etc.. Mas não conheço a radiografia ou a ecografia das primeiras habitações, das segundas habitações, da candidatura simplificada e sei o contexto. Muitas vezes, as reportagens manipuladas — e poderia destacar uma, porque a vi e conheço a situação, mas gastaria tempo aqui — levam as pessoas na onda de dizerem que «andámos a dar dinheiro para ali, mas os bombeiros são uns vígaros, na câmara são uns vígaros, as pessoas das habitações são outros tantos» e esta é a parte que não ajuda à dignificação do nosso mundo rural junto, nomeadamente, do cidadão.

Além disso, também houve atrasos na divulgação dos fundos e do que se tinha oferecido, das contas bancárias, designadamente houve atrasos na execução da obra concreta, da obra física e nada disso ajudou a que as pessoas tenham ficado descansadas perante a bondade dos projetos, dos programas e de muitos dos envolvidos. Isso desprestigia o poder local democrático, desprestigia a CCDR Centro e, sobretudo, dizem: «Eh pá, já foste a Lisboa, às manifestações, quanto é que agora vais meter no bolso?!». As pessoas têm essa na cabeça e nem a saca-rolhas sai: «São milhões e milhões, 200 milhões, 600 milhões na reforma florestal e agora mais 85

milhões da COVID... Portanto, são milhões e milhões e ainda se queixam?!». Isto também é uma das coisas que nos leva a ter muito calo.

Mas sim, Sr.^a Deputada, seja onde for, haja transparência democrática. E conquiste-se, nem que custe!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada Emília Cerqueira.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Muito obrigada, Sr. João Dinis, respondeu à nossa questão, que é o nosso objetivo nesta Comissão: que deixe de haver suspeição.

Dito isto, passaria a palavra ao meu colega António Lima Costa que, se o Sr. Presidente permitir, continuará a audição.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr.^a Deputada.

Sr. Deputado António Lima Costa, tem a palavra.

O Sr. **António Lima Costa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. João Dinis, em representação da CNA, quero agradecer-lhe muito a sua presença.

Muitas das questões já foram colocadas e coincidem, muitas delas, com algumas que tinha pensado colocar-lhe, o que poupou algum tempo e trabalho.

Dispensar-me de abordar questões de índole mais geral, que foram aqui já muito escalpelizadas. O PCP e o Sr. Professor focaram aqui, por diversas vezes, matérias relacionadas com as claras insuficiências do Ministério da Agricultura, em particular relativamente a essas matérias. Falaram disso abundantemente.

Falaram, também, das grandes competências do Ministério da Agricultura, designadamente, da capacidade de propaganda do Ministério da Agricultura.

Concordando, portanto, com essas matérias que referiram queria dispensar-me de falar destas matérias de carácter mais geral, queria fugir um pouco a isso e preferia focar-me em questões muito concretas e objetivas, algumas delas até já respondidas, indo, no fundo, ao encontro do repto que o Sr. Presidente nos lançou, de sermos o mais objetivos possível.

Nesse sentido, a primeira questão que lhe coloco prende-se com uma entrevista, com declarações do Sr. Professor à comunicação social, por ocasião de uma manifestação promovida pela CNA — um conjunto de agricultores que se manifestou relativamente aos fracos apoios na questão dos incêndios —, na qual o Sr. Professor disse que «é urgente que haja a correção das injustiças cometidas no processo de apoio aos agricultores e outros rurais lesados pelos fogos florestais».

Nesse sentido, perguntava-lhe, muito objetivamente, que injustiças são estas a que se referia nestas declarações à comunicação social?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr. Professor.

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, nesta questão dos incêndios de junho, que meteu a segurança social e o REVITA, não houve questões, diria, processuais que gerassem as injustiças que depois aconteceram nos incêndios de outubro. Quando disse isso, estaria, certamente, a falar no contexto dos incêndios de outubro, os quais vivi muito direta e intensamente.

As injustiças que houve têm a ver com o facto de uns largos milhares de pequenos agricultores não terem tido acesso à candidatura simplificada, nos incêndios de outubro de 2017. Mesmo no PRODER de 2013 a 2020, e já depois no PDR de 2020, acima dos 5000 €, entrar na candidatura é um problema, porque entra o «complicómetro» a funcionar. Isto paga direitos de autor a um ex-ministro da agricultura, por sinal já falecido, que utilizava com

frequência o termo «complicómetro». De facto, muitas das coisas do PDR são autênticos «complicómetros». Referi isto sobre uma ovelha autóctone, o preço de uma colmeia e de um enxame de abelhas. Segundo os valores base que o Ministério da Agricultura adotou — e mandou essa escala para todos os seus serviços —, só é elegível até 60 € por ovelha bordaleira, no PDR, porque têm de apresentar as faturas ou os recibos.

Na candidatura simplificada, não tinham de apresentar a fatura e aqui residiu o busílis da questão: por que razão terminaram com as candidaturas simplificadas a partir de 2019, após a experiência de 2017?! Porque, na candidatura simplificada até 5000 €, não era necessário apresentar a fatura. Portanto, muitos agricultores trabalharam dias a refazer, eles próprios, a sua exploração, utilizando 5000 € e até mais, e não precisaram de faturas. O que o Governo viu é que não tinha IVA (imposto sobre o valor acrescentado) e o problema foi esse! Não havia faturas, não havia IVA. Esta contabilidade de fiscal, de pessoas das finanças, enfim, eles que façam as contabilidades todas, mas esta foi a razão. Basicamente, aquilo era justo, porque fez com que as pessoas fossem, reagissem, interviessem, compusessem e não estivessem no «complicómetro». Repare: a seguir, em 2019, em Monchique, acima de 100 €, PDR 2020, matou-se! Mataram logo a seguir a melhor coisa que podiam ter arranjado.

Com aquela da passagem dos 1053 € para os 5000 €, deixaram de fora... Estou a falar de outubro. Até 30 de outubro, era 1053 € a candidatura simplificada e, depois, passou a ser informatizada para ir até aos 5000 €. Ficaram milhares de agricultores descansados em casa, a pensar «já entreguei o meu papel», e, depois, não os deixaram refazer a candidatura, a homens que deram o número do telefone fixo e, depois, a desculpa do sistema, portanto, do juiz em causa própria, foi «até mandámos mensagem SMS». Os telefones fixos, como todos sabem, não recebem mensagem SMS.

Essa era uma ajuda. A outra ajuda, que era importante, mesmo agora nas intempéries, era a do fundo perdido para aqueles agricultores que não têm acesso a coisa alguma. Ou seja, ajuda a fundo perdido na perda de rendimento. Como disse, só ao fim de dois anos é que uma ovelha bordaleira começa a dar leite. Eram 60 €, pelo PDR 2020, dos quais o agricultor ainda comparticipa. Chegou-se aos limites do regulamento com o financiamento público, e ainda bem, mas o agricultor ainda tem de arranjar algum, depois de estar à espera dois anos para ter rendimento. Das oliveiras é três, quatro, cinco anos. Em relação à vinha, como disse, o VITIS teve uma medida especial. Faltou-lhe foi logo o dinheiro. Ao VITIS faltou-lhe logo a «guita». Tudo isto já para não falar do problema do preço dos salvados da madeira! É que pagarem-me a mim, à entrega na fábrica, pela madeira de serração, 6 € por tonelada... Custou-me lá ir buscá-la! Pagar ao homem do trator, cortar, trazer, etc.

Portanto, houve, de facto, este conjunto de injustiças e ficaram moucas as orelhas oficiais, a uma dada altura. Moucas! Se tivesse sido gravada e reproduzisse aqui aquela reunião com o Ministro da Agricultura e com o seu Secretário de Estado, por causa dos parques de receção da madeira... Não tenho prazer nenhum nisso e até me irrita. Por que razão acertamos sempre nas coisas más e, com dificuldade, às vezes acertamos nas coisas boas?

Temos o prognóstico só no fim do jogo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **António Lima Costa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Professor, focando-me na questão do SMS, queria perguntar-lhe se o Sr. Professor concorda que houve desigualdade de tratamento por parte do Estado em relação a alguns agricultores. Se sim, por que é que isso aconteceu? O Estado

teve um comportamento desigual perante a mesma camada da população, o mesmo conjunto de agricultores?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Professor.

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, houve questões eminentemente práticas em que sim. Sim! Os de Monchique, no incêndio de 2019, foram francamente discriminados em relação aos de 2017. Já os de outubro de 2017 foram discriminados negativamente em relação aos de Pedrógão. Ou seja, criaram-se diferenças na desgraça! Uns ficaram menos desgraçados do que outros. Não ficaram bem! Repito, não ficaram bem. Os de Pedrógão, de Castanheira de Pera, de Figueiró, de Góis, de Pampilhosa, não ficaram bem! Mas os de outubro, muitos deles, ficaram ainda pior e os de 2019 ainda pior, porque, acima de 100 €, tinha de ir tudo para o PDR 2020.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **António Lima Costa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Professor, desculpe insistir nesta questão, provavelmente não me expliquei bem. Houve um conjunto de agricultores afetados pelo mesmo incêndio. Uns deles, porque tinham telefone fixo, não foram notificados sobre outras condições, outros critérios ou outra possibilidade de refazer as candidaturas. Quem tinha telemóvel teve essa possibilidade. Portanto, pergunto-lhe se houve, dentro do mesmo grupo de agricultores afetados pelo mesmo incêndio, uma desigualdade de tratamento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra.

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, assim é. É correto e é um facto.

Em relação à história do telefone, inclusivamente fiz a reclamação de dois conterrâneos meus, porque, no dia 18 de abril de 2018, o Sr. Ministro da Agricultura Capoulas Santos, no congresso da CNA, afirmou: «Reclamem para mim! Quem tiver razão, reclame! Façam chegar!». E nós fizemos. A reclamação foi para o Ministro e, depois, voltou para a Direção Regional de Agricultura, que foi juíza em causa própria! Não podia ser! Este até seria um caso caricato se não fosse dramático para quem ficou sem receber 3000 €, 4000 € ou 5000 €, que muita falta faziam e muito jeito iam dar.

Aqueles outros de secretaria, aqueles que fizeram a primeira candidatura, até 30 de outubro, disseram-lhes: «Façam! Vão declarar o prejuízo! Vão lá!». Eles foram à junta de freguesia, foram até à zona agrária, onde ainda as havia, e fizeram a sua candidatura. Trouxeram o papel, onde puseram o nome, e ficaram descansados em casa, a pensar: «Já fiz. Já fiz». Depois, mudaram as regras, a partir de 30 de outubro. Tinha de ser informatizado. Em Oliveira do Hospital, foram 600. Estou a dar um exemplo que conheço. Foram 600 num só concelho.

Consideramos que essa mudança das regras a meio do campeonato — e o que nós reclamámos! — devia ter levado o Ministério da Agricultura a dizer: «Sim senhor, nessas circunstâncias, têm lá as zonas agrárias, refaçam a candidatura, informatizem-na, tenham mais 15 dias ou mais um mês para fazer isso, até aqueles que se esqueceram». Mas o Sr. Ministro remeteu para «21 000, 30 milhões de euros» e não saía dali!

Protestos do Deputado do PS Santinho Pacheco.

É verdade, Sr. Deputado Santinho Pacheco! E «nunca como até agora se deu tanto dinheiro!». É verdade, mas também nunca houve incêndios sequer parecidos, com aquela repercussão de desastre económico e de tragédia humana. Nunca! E esperamos que nunca mais haja, nem parecido!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Lima Costa, tem a palavra.

O Sr. **António Lima Costa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Professor, ficou claro que, de facto, como o Sr. Professor afirmou, houve desigualdade de tratamento por parte do Estado, portanto, o Estado não teve um comportamento de igualdade para com os agricultores. Penso que isso é importante.

Uma segunda questão tem a ver com a Lei n.º 108/2017, de 23 de novembro, que estabelece medidas de apoio às vítimas dos incêndios florestais ocorridos entre 17 e 24 de junho de 2017, bem como medidas urgentes de reforço da prevenção e combate a incêndios florestais. No artigo 12.º, sobre «parques de receção de salvados», diz-se, no n.º 1: «O Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, através do ICNF, promove a criação de parques de receção de produção lenhosa afetada pelos incêndios, para proceder à sua recolha, corte e transporte, com vista à sua comercialização e consequente redução dos prejuízos verificados». Esta é uma lei da República.

Sr. Professor, este ponto n.º 1 do artigo 12.º desta lei foi cumprido? O Ministério promoveu a criação dos parques de receção de produção lenhosa?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Professor, para responder.

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, nessa reunião de fevereiro de 2018 — volto sempre a ela —, estava-se a

discutir com o então Ministro Capoulas e com o Secretário de Estado das Florestas e, quando falaram nisso, apresentámos a questão dos parques. Não era novo, já tinha sido feito noutras alturas, em que também houve problemas na gestão, em 2003 e até antes. Então, a pretexto disso, lá foi pagar outra vez o justo pelo pecador! A pretexto de que tinha havido problemas nesses parques públicos, então agora não. Parques privados! Os parques são privados. Quem quisesse instalar um parque tinha uma série de coisas a cumprir e organizava o seu próprio parque. A Pinewells, a líder de biomassa em Arganil, constituiu um. Foi o único que conheci ali. Constituiu um parque de receção de madeira salvada.

Foram estabelecidos uns preços à produção, supostamente, que, se fossem cumpridos, até nem era mau. Os preços que estão na lei, que seriam pagos ao produtor, à produção da madeira salvada, até nem seriam maus de todo. O problema é este: como é que isso depois se leva ao terreno? Quem é que paga? Quem é que lá vai? Foram intermediários. Onde foram?

Isso foi um fiasco completo, em termos da projeção. «Serão 10 milhões de euros, 30 parques», dizia o então Ministro Capoulas. Nós dizíamos: «Não é possível assim! Tem de ser de outra maneira! Tem de haver uma forma de ir buscar a madeira salvada dos pequenos proprietários!» Como é que se junta um TIR que se desloque 30 ou 40 Km até ao parque, que justifique economicamente esse esforço? Quem é que me vem pagar a mim os 25 € por tonelada? Davam na madeira de pinho de serração. A mim pagavam-me 6 €, repito, 6 €! Não era nenhum parque, mas a serração da minha terra, a 6 € a tonelada, posta lá, à entrada da fábrica.

Isto não podia funcionar assim. Não podia funcionar assim e não funcionou. É pena. Esperemos que sirva de exemplo, se houver uma nova situação — esperamos que não haja, nem sequer parecida —, porque tem de ser organizado de outra maneira.

É evidente que isto é sempre um problema. As autarquias têm mesmo de ser envolvidas.

Vou transmitir uma opinião meio pessoal, embora valha pouco a minha opinião, meio pessoal. Hoje, a falta de ânimo dos pequenos e médios proprietários, a falta de gente nas nossas aldeias... A gente faz legislação, está a sair legislação, o cadastro simplificado — dizem-nos que se vão deixar de pagar emolumentos de registos de propriedade na conservatória. Isso é uma boa medida! Mas o problema é onde é que se arranjam as partilhas, onde se arranjam os marcos? Vem logo outro problema, mas, pronto, um problema de cada vez. Até é uma boa iniciativa. O problema é como é que se leva isso à prática, como é que chegam à raiz, à árvore, ao terreno essas... Porque se há setor que tem legislação às resmas, é o setor florestal. E está sair outra vez! Agora, a eficácia, a saída, a aplicação ao terreno não vai lá por este motivo: o problema da falta de gente.

As autarquias devem ser envolvidas? Desde que tenham meios e com o apoio eminentemente técnico. Agora, quase todas têm gabinetes florestais, portanto até já estão mais apetrechadas. O problema — eu não sou advogado de defesa, mas se eu fosse presidente de câmara, punha-me muito a pau —, é que se houver um problema sério no meu concelho, com a nova legislação, o presidente de câmara, se um juiz o apanha no mocho, no banco, apanha e apanha mesmo. Inclusivamente, pode ter de ressarcir financeiramente problemas de perda de patrimónios e de vidas. Portanto, isto é complicadíssimo, porque se atira para cima de outros as responsabilidades que são do Governo.

Eu tenho sempre um cuidado: o Estado tem as costas demasiado largas. Eu também sou Estado e, nessa reunião sobre os parques de madeira, repito, nós exprimimos a opinião de que aquilo não ia funcionar! Eles é que não nos ouviram. Eu, agora, tenho algum prazer nisso? Não tenho prazer nenhum nisso, mas foi assim que aconteceu. E, designadamente, o ex-

Secretário de Estado, Miguel Freitas, era um homem que tinha ideias sobre a questão da floresta e exprimia-as. Se calhar, por às vezes exprimir algumas coisas, designadamente, não era muito favorável ao eucalipto, se tenha chamuscado. Mas isso sou eu a especular.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Tem a palavra, Sr. Deputado Lima Costa.

O Sr. **António Lima Costa** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ainda relativamente a esta lei da república, no seu ponto n.º 3 é dito, claramente, que o Ministério da Agricultura acompanha e promove a comercialização dessa madeira. Isso aconteceu?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. João Dinis.

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Não aconteceu ou, se aconteceu, não se notou, porque as coisas não funcionaram. Quando as coisas não funcionam, não se fazem. Aliás, houve um despacho do Ministro Capoulas que cometia o Secretário de Estado das Florestas e, depois, o ICNF a anualmente apresentar um relatório — quem foi presidir essa comissão, até foi o ex-Secretário de Estado anterior a Miguel Freitas, que deixou de ser Secretário de Estado e foi para essa comissão —, e não produziram relatório. Estava cometido a produzir anualmente um relatório sobre como estavam a funcionar os parques e não o produziu. Eu requeri informação sobre isso, em reunião do Conselho Florestal Nacional, verbalmente, «como é que está essa situação? Está aqui o despacho, cumprem-no ou não?», e não houve resposta. De facto, não cumpriram.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Tem a palavra, Sr. Deputado Lima Costa.

O Sr. **António Lima Costa** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ainda em relação à floresta, agora numa outra vertente, sabe se houve apoios públicos para ações de limpeza, estabilização de solos, de retirada de madeira ou de reflorestação por parte do Estado, seja do Orçamento do Estado, seja de fundos comunitários. Houve apoios públicos para as tarefas que mencionei?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. João Dinis.

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Sim, houve e há. Também houve cortes nas verbas destinadas ao investimento na floresta e foram cortadas verbas, inclusive, para algumas medidas de prevenção de incêndios. Há pouco referi a rede viária principal, a rede primária rural, portanto, aqueles caminhos agrícolas e florestais que, de facto, hoje importa muito, outra vez, por causa da cobertura dos matos que estão a crescer para cima dos caminhos. Portanto, é importante. Foram propagandeados 1000 kms, ainda no anterior Governo. Viu-se na televisão andarem a fazer algumas dessas ações e, portanto, houve dinheiro.

Há o PDR 2020, há as ajudas ao investimento. Foram reduzidas, cortadas, com a promessa de que iriam ser repostas, agora, no novo Quadro da PAC (Política Agrícola Comum), que se está também para consumir. E houve, até, ajudas, e não é só de agora, que eram, à partida, interessantes. Quando se faz um projeto, com co-financiamento público, da União Europeia e do Orçamento do Estado, de 85%, de 90% ou até, nalguns casos, 100%, essas ajudas são, à partida, interessantes. O problema é quem é que vai para os «complicómetros» do PDR 2020, meter-se naquilo? Quem é que tem dinheiro para pagar o projeto? E, depois, quem é que tem dinheiro para

adiantar para depois receber por reembolso? Esta engrenagem, depois, fica com estas areias todas e não funciona.

O melhor exemplo que conheço de uma lei boa que é morta antes de nascer, logo na génese, portanto não chega a ser abortada, porque é morta no ato da génese, foi uma lei, ainda do Ministro Capoulas, em 2000, em que um agrupamento de proprietários e de produtores podia candidatar-se a ajudas à limpeza da floresta, e houve-as e eram ajudas interessantes que ajudavam bastante a limpar, mas a seguir, cada um dos componentes desse grupo, para se poder candidatar, tinha de apresentar a escritura da parcela. Mataram-na logo! Fazem uma lei, mas, na própria génese, o legislador mata a sua própria obra: escritura? Mas quem é que tem escritura?! Quem é que tem escritura das parcelas todas? Aliás, fazer uma escritura fica quase sempre mais caro do que vale a parcela florestada. E se for desflorestada, então, não vale nada!

A mim, querem-me comprar terra percorrida por incêndio a 10 cêntimos/m². E é um vizinho que já lá tem 3 ha e que precisa de mais terra, porque quer fazer um projeto e ainda bem. Agora, 10 cêntimos/m²! Quanto é vale uma parcela? Elas não valem nada, não vou fazer escritura.

Se agora sair essa legislação de que não há emolumentos, se isso for verdade, e esperemos que sim — ouvi o atual Secretário de Estado das Florestas dizer que ia sair essa lei —, então já vale a pena fazer a escritura, porque já não se pagam os emolumentos, que podem ser de 400 ou 500 €.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Tem a palavra, Sr. Deputado Lima Costa.

O Sr. **António Lima Costa** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Relativamente ao VITIS, há pouco falou que houve uma série de agricultores que não conseguiram ter o direito, digamos, à reconversão da sua vinha, que tinha sido afetada pelos incêndios por insuficiência de verbas.

Suponho que referiu isso, até acrescentou que, este ano, o VITIS foi aumentado em 23 milhões de euros. Não disse foi que esse dinheiro foi retirado do futuro processo de candidatura do próximo ano, portanto, no fundo, não há uma colocação de dinheiro, há apenas uma antecipação que, em face dos problemas que aconteceram devido à pandemia, a Comissão Europeia permitiu.

O que lhe pergunto é se, aquando dos incêndios, quando foi aberto esse concurso especial para o VITIS, se todos os proprietários, se todos os viticultores tiveram acesso a verbas para a reconversão das vinhas, no âmbito desse concurso especial decorrente dos incêndios.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. João Dinis.

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Não, esse dinheiro faltou. Falaram, na altura, em 5 milhões de euros do reforço do VITIS, por causa dos incêndios. Esse dinheiro faltou, já nos incêndios de outubro, e, portanto, por aí, também não andou.

Agora, de facto, este reforço do VITIS, também se justificava porque há dois anos que os VITIS estavam bloqueados por falta de verba.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **António Lima Costa (PSD)**: — Muito obrigado, Sr. Presidente. Mas houve candidaturas aprovadas que não foram financiadas e, outras, aprovadas, que foram financiadas?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. João Dinis.

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Tenho conhecimento de três casos. De dois casos que se candidataram e que não tiveram e, depois, foram rateados, portanto, foi reduzido substancialmente aquilo a que se tinham candidato. Conheço um caso que nem nada. Portanto, não recebeu, nem sim, nem não, nem talvez. Reclamámos disso. A alegação oficial, que aliás está na lei, é que, por falta de verba, não há. Quer dizer, o legislador também se precaveu. Não há dinheiro, não há aprovação. Está previsto, logo na regulamentação.

Nem lhe vou dizer quem é que conhece isso muito bem. Quer que lhe diga? É o ex-Ministro da Agricultura, Presidente da Comissão Vitivinícola Regional do Dão, Arlindo Cunha. Conhece bem esse processo.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **António Lima Costa** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Mas houve agricultores em que, em igualdade de circunstâncias, uns tiveram apoio e outros não?

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Pois, num primeiro rateio, quem foi primeiro, quem soube primeiro e se organizou primeiro foi buscar algum dinheiro. Quem não foi, depois a verba esgotou, já não teve... Embora se tenha candidatado dentro do prazo. Mas é assim nas medidas todas do PRD. Não havendo dinheiro, bloqueia. Não havendo dinheiro bloqueia!

Aliás, vamos ver agora, neste VITIS, o que vai acontecer: se todas candidaturas vão ter de ser novas, por causa da COVID-19, ou se aquelas que estavam lá na gaveta vão ser repescadas, ou se vão ter prioridade, ou como é que isso vai ser organizado. Porque ainda falta, agora, sabermos como é que vai ser isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **António Lima Costa** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente.

Não vou rebater o que disse agora, porque não é bem assim, mas isso ficará para outra ocasião.

Termino com uma questão que há pouco referiu que tem a ver com a mudança de domicílio fiscal — as pessoas não podem ser criticadas por isso, fizeram a sua mudança para terem acesso, digamos, aos financiamentos, nada a dizer — mas disse «que isso aconteceu porque lhes foi proporcionada essa mudança». Alguém lhes proporcionou que elas, no fundo, usassem esse truque. Foi-lhes proporcionado por quem e com que objetivos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. João Dinis.

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Aí, digo-lhe que havendo ilegalidade é uma situação, que se organize o processo e quem tiver que prestar contas sob juramento, pois que o faça.

Agora, quando se organizou a primeira legislação, tive a oportunidade de comunicar — por acaso foi por telemóvel, deve ter ficado gravado algures, aí, na estratosfera dos telemóveis — que, atenção, porque se não põe que a data do domicílio fiscal deve ser anterior ao incêndio, portanto pode mudar-se depois do dia do incêndio, há malta, os espertos que, imediatamente, vão fazer isso e não são estão a cometer nenhuma ilegalidade básica, não é?

Digo assim: sinceramente, eu, fá-lo-ia? Pergunto-me a mim próprio, porque às vezes averiguo, não quero ser melhor, nem pior do que os outros: eu faria uma coisa destas? Se calhar fazia. Se me é dada essa oportunidade,

por que é que eu havia de ser... Isto é um bocado complicado de se dizer, agora, o legislador, devia ter... Alto! Acabou!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Diretor.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Ricardo Vicente, em representação do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Obrigado, Sr. Presidente.

Um agradecimento ao Sr. João Dinis pelos esclarecimentos e pela informação que nos veio trazer.

Já foram colocadas muitas perguntas e não vale a pena rebater assuntos, mas quero deixar-lhe quatro questões que poderão contribuir para o nosso esclarecimento e que não foram suficientemente abordadas.

A primeira é se, além das insuficiências dos apoios públicos que chegaram, considera que houve aplicação indevida de apoios públicos no setor agroflorestal.

A segunda é se, além da excessiva burocracia, que já aqui expôs e que é compreensível, houve também relatos de que os serviços públicos municipais e nacionais, que acompanharam estas pessoas, foram insuficientes para garantirem a informação e o esclarecimento das populações, queria perguntar-lhe se concorda que esta insuficiência existiu e se considera que essa insuficiência pode justificar algumas das irregularidades na aplicação desses apoios públicos.

Por fim, pergunto se conhece situações de irregularidade que resultem desta situação.

Não tenho mais questões para lhe colocar.

O Sr. **Presidente**: — Dou, então, a palavra ao Sr. João Dinis, para responder a este conjunto de questões.

O Sr. João Manuel Fontes Dinis: — Volto a dizer isto: as pessoas, as populações, que estiveram lá no meio, correndo o risco de ficarem assadas, porque foi um risco que se correu, são vítimas, não são culpadas.

Houve irregularidades? Decerto houve, mas se há indícios de crimes, mais ou menos graves — não vou quantificar se são crimes acima de 500 € e crimes abaixo de 500 €, e se devem ficar ou não ilibados —, não se quantifique, o que tiver de ir para a barra do tribunal que vá. É para isso que servem os tribunais também e o Ministério Público que instrua e que seja célere a fazê-lo, que não ande décadas a instruir processos.

Pessoalmente, conheço um caso — eu conheço um caso — de uma primeira habitação que não o era, quero dizer isto aqui, mas isso foi apresentado ao Ministério Público. O Ministério Público tem conhecimento, por informação e, entretanto, não promoveu processo. Não promoveu, considera improcedente a queixa que houve nesse sentido.

E agora? O tribunal falou, está falado. Calo-me, porque, se não, o próximo a sentar-se lá sou eu, por difamação e não estou para aí virado.

Conheço, entretanto, dezenas de situações em que demoraram — foi muito tempo! — a serem reconstruídas as primeiras habitações. Conheço segundas habitações, até agora, com zero apoio público, municipal ou nacional, porque, nos regulamentos que cada município arranjou, aí sim, também estabeleceram discriminação entre cidadãos.

Sou de Oliveira do Hospital e tenho 40% numa segunda habitação, até 40 000 euros; o outro, de Pampilhosa da Serra, tem 50%, até 80 000 €. Portanto, discriminação, clara, entre cidadãos com o mesmo tipo de problema. Mas isso é da esfera municipal. E, portanto, quem está junto das populações, nas assembleias municipais e nos executivos camarários — eu não estou — que debata, que faça o que puder, para que isto ainda tenha alguma correção.

Há aqui o pecado original: a CCDR Centro era presidida pela atual Ministra da Coesão Territorial, que teve a experiência da primeira habitação, e que não foi processo fácil, e a senhora, é preciso dizê-lo, trabalhou noite e dia nisso — a senhora trabalhou noite e dia nisso —, a eficácia do trabalho é que pode ser questionada, mais valia, às vezes, que não estivesse a fazer nada, pagar-lhe para não fazer nada. Como dizia, a senhora trabalhou, e trabalhou com os autarcas, ali. Por que é que ela, tendo essa experiência, não agarrou nas segundas habitações e passou...

Aliás, a Assembleia da República, desculpem, também tem responsabilidade na matéria, porque a lei é da Assembleia e passa para os municípios a responsabilidade da segunda habitação. E também não foi por falta de termos chamado a atenção, porque, agora, a Assembleia da República não pode estar a intervir no domínio do foro municipal e na autonomia municipal, mas na lei, que é nacional, lei da Nação, podia lá ter ficado explícito que eram as CCDRC que deviam ter ficado com isso. Quanto a mim, teria sido melhor, porque evitava as discrepâncias dos apoios e os ritmos entre os munícipes.

Mas, como lhe digo, conheço um caso, numa habitação, sobre o qual tenho a minha opinião, que transmiti aqui, e conheço algumas dezenas que demoraram a terem o apoio, também da parte empresarial. E houve aqui discriminação entre agricultores e outros cidadãos no tecido empresarial, os apoios públicos foram superiores nas empresas, no tecido empresarial, do que foram para as empresas agrícolas, para os agricultores. Portanto, também aqui houve...

Depois, mete-se nisto a questão dos seguros, de como é que os seguros também se metem aqui neste assunto.

Mas, há pouco, pus uma questão muito simples. Cada um que ponha essa questão a si próprio: se lhe foi dada a possibilidade de declarar domicílio fiscal depois do dia do incêndio, por que não fazê-lo?

As pessoas são assim... Isto é um bocado oportunismo, sim. Mas não é um crime por aí além. Paciência, pá...

O Sr. **Presidente**: — Um crime por aí além é uma expressão curiosa.

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Não posso precisar se é abaixo de 500 €, se é acima de 500 €.

O Sr. **Presidente**: — Sr. João Dinis, deixe-me passar a palavra ao Grupo Parlamentar do CDS, presumindo que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tenha encerrado o período de questões.

Sr. Deputado João Almeida, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, acho que já estão esclarecidas a maior parte das questões e, portanto, vou optar também por colocar, de uma só vez, as que tinha aqui.

Queria perguntar se, do ponto de vista da reflorestação, há alguma coisa, para além daquilo que nos disse, que ainda seja, neste momento, importante ter em conta, nesta Comissão. Aquilo que nos disse já foi bastante claro, queria apenas que nos dissesse só se houver mais alguma coisa, para além disso.

Falou, depois, várias vezes, da burocracia. Queria perguntar-lhe: a burocracia verificou-se, essencialmente, ao nível do município, ao nível da CCDR ou ao nível dos serviços do Ministério da Agricultura?

Uma outra questão, há um relatório da CCDR Centro, logo pouco tempo depois do incêndio, que diz que foi feito um trabalho no terreno onde se apuraram três conjuntos de coisas: primeiro, ao nível de freguesia e concelho, o custo das diferentes espécies pecuárias mortas na sequência do incêndio; segundo, e também ao nível da freguesia e do concelho, uma

estimativa dos custos extraordinários com a alimentação animal, resultantes da destruição de pastagens e forragens em campos e armazenamentos; e um terceiro, em que se procedeu a um apuramento, também a nível de freguesia e do concelho, da estimativa provisional de custos a incorrer com o restabelecimento do potencial produtivo nos domínios de armazéns e outras construções, culturas permanentes, culturas temporárias, máquinas e equipamentos.

Queria saber se isto foi feito, porque, se foi feito, efetivamente, todos os outros problemas que se vieram a verificar a seguir, e que já descreveu aqui muito bem, das dificuldades de submeter os pedidos de apoio, das dificuldades de concretizar esses apoios, seria muito mais fácil fazer o balanço entre os prejuízos efetivos e os apoios concedidos. Portanto, perguntava-lhe se isto existe e se era possível fazer essa comparação.

A última pergunta é relativa àquilo de que já aqui se falou, a reposição do potencial produtivo, que — como disse, e muito bem, o Sr. Deputado João Dias — não é a mesma coisa que a reposição do rendimento, mas, por aproximação, em termos percentuais, gostaria de saber como é que caracterizaria a reposição do potencial produtivo, lembrando que, nesta Comissão de Inquérito, estamos só a falar dos incêndios de junho e não dos restantes incêndios, pelo que lhe pedia que se cingisse aos de junho.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. João Dinis.

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Ora bem, houve mobilização de autarquias, houve mobilização dos serviços do Ministério da Agricultura, houve, até, alguma mobilização de seguradoras, embora os incêndios florestais não estejam cobertos por seguro, e houve levantamento dos prejuízos.

O desfasamento dá-se quando, por exemplo, e citei isso várias vezes, nos incêndios — não nos de Pedrógão, mas nos de outubro —, se ficou, de facto, com aquela candidatura simplificada inicial que, depois, foi substituída por uma outra, com carácter de obrigatoriedade. E quem não fez a segunda perdeu qualquer tipo de ajuda.

Mas sim, houve mobilização de recursos técnicos e humanos, de autarquias, do Ministério da Agricultura e da própria CCDR Centro.

A questão da eficácia é que — e volto a esse tema —, enfim, não satisfaz, porque houve muitos prejuízos que ficaram fora de qualquer ajuda, houve agricultores e produtores florestais que não ficaram com ajuda alguma e houve, já depois disso, cortes no investimento florestal, com a promessa, já deste Governo, e do anterior, de que essa redução da verba iria ser reposta, no PDR 2020. A questão é como, com quanto, e para quem. Subsistem essas perguntas todas.

Quanto à alimentação animal, houve aqui coisas flagrantes. O Ministério da Agricultura forneceu alimentação animal, os municípios também forneceram, houve particulares que forneceram alimentação animal a lesados, seja a pastores, seja a criadores de cavalos, seja a criadores de porcos. Houve essa ajuda, que, todavia, terminou — a do Ministério da Agricultura terminou em dezembro de 2017 —, quando devia alargar-se, inclusivamente até à apicultura, pelo menos durante mais seis meses, em 2018. Mas esse programa governamental de ajuda à alimentação animal terminou em dezembro de 2017. E foi pena que tivesse terminado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. João Dinis, vou interrompê-lo só por um segundo, para pedir aos Srs. Deputados que criem condições para que possamos ouvir, com calma, o nosso depoente.

Faça o favor de continuar.

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Portanto, o que é que se pode fazer ainda, na floresta?

Primeira nota: dos mais de 400 000 ha. — cerca de 200 000 de povoamentos — ardidos em 2017, nem 10% foi reflorestado. Repito: nem 10% foi reflorestado. As áreas afetadas por incêndios continuam sem árvores.

Houve projetos, incluindo alguns municipais, de fixação dos solos, de recuperação dos leitos de rio. A Câmara Municipal de Pedrógão teve dois projetos, que executou, na sequência do incêndio de 2017, um deles é do PDR 2020, o outro, neste caso, é do Fundo Ambiental, do Ministério do Ambiente e da APA (Agência Portuguesa do Ambiente).

O que é que há a fazer? O problema sintetiza-se nisto: como é que fazemos chegar as ajudas interessantes aos pequenos e médios proprietários e produtores florestais? Como é que se faz para que a floresta retome interesse económico para os pequenos e médios proprietários e produtores florestais? Como é que se traz gente para as nossas aldeias?

E isto já o disse ao Sr. Secretário de Estado das Florestas, ao anterior e a este: se há Secretaria de Estado altamente problemática neste País é a Secretaria de Estado das Florestas, e não só quando há incêndios, repito, não só quando há incêndios graves!

É que está aqui o problema da agricultura familiar, do povoamento das nossas aldeias, dos preços da madeira à produção, dos preços dos bens agrícolas à produção e do rendimento das pessoas para que haja interesse em viver, por exemplo, na minha aldeia. Eu estou lá porque já estou reformado — não pareço mas já estou reformado. Portanto, estou gastando algum dinheiro da minha reforma e como eu há milhares a fazer isto.

Mas, já agora, a apicultura — ainda há pouco falei nisto — é um dos setores muito afetados pelos incêndios, pela seca e também pela COVID. O pequeno ou médio apicultor faz por paixão — costumamos chamar-nos os

«maluquinhos das abelhas» — mas até esses, com toda essa paixão, estão a largar as colmeias e as abelhas porque para se viver com o rendimento das abelhas não se deve ter menos de 500 colmeias.

O Sr. **Presidente**: — Terminámos a primeira ronda. A segunda seguirá os mesmos termos, sendo que as intervenções são de 5 minutos e são seguidas, com resposta global no final.

Assim sendo, dou a palavra ao Sr. Deputado João Dias, do PCP.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, já muito foi aqui hoje discutido, vários temas foram abordados e gostaríamos de poder deixar bem clara aquela que tem sido a nossa apreciação relativamente às segundas habitações.

Falámos da perda de potencial produtivo, ficou já evidente as insuficiências e a forma como desadequadamente se respondeu a essa situação. Relativamente às habitações, aquilo que até ao momento já conseguimos saber, das audições que fizemos, é que não houve um único depoente que nos tivesse conseguido mostrar, em todo o ordenamento jurídico que foi publicado, a existência de uma norma que impedisse que as segundas habitações também fossem alvo de apoio. Aquilo que conseguimos identificar foi que as primeiras habitações, ou seja, as habitações permanentes, fossem prioritárias num processo de apoio à reconstrução, não invalidando que as segundas habitações, também elas, pudessem vir a ter apoios, ainda que, compreensivelmente, pudessem tê-los numa forma secundária em termos daquilo que seria o tempo para serem apoiadas.

Queremos, então, perguntar se entende que as segundas habitações estariam também abrangidas, ou seja, encontra na legislação algum ordenamento que o legislador tenha criado que tenha vindo a vedar a oportunidade de recuperação das segundas habitações. Nós não o

conseguimos identificar, ainda que exista a tal prioridade e preferência relativamente às primeiras habitações.

Entendemos que as segundas habitações são decisivas para estes territórios do mundo rural e do interior, tendo uma importância vital para conseguir manter a dinâmica económica e a fixação das pessoas, porque neste momento aquilo com que nos confrontamos é, pelo menos, com o estagnar desse ciclo vicioso do despovoamento em que estão integrados, com grande dimensão, os incêndios que contribuem para o despovoamento.

Depois, quero questioná-lo também relativamente a uma questão muito preocupante que tem a ver com o violento ataque à pequena propriedade. Ou seja, aquilo que os incêndios vieram provocar foi, ou não, também uma concentração da propriedade, tendo em consideração que as parcelas, as propriedades de pequena dimensão não foram devidamente apoiadas quer na perda de rendimento, quer na reposição do potencial produtivo?

O abandono da atividade florestal ou agrícola não levou a que aqueles que tinham algumas condições para fazerem face a estas adversidades acabassem por acumular e agregar essas propriedades, levando a que haja um abandono e, havendo esse abandono — porque, em nosso entender, sem gente não se cuida das terras, sem gente não se agricultam as terras, não se cuida das florestas — e não se cuidando das florestas nem agricultando a terra, existem condições para que haja desenvolvimento de incêndios de grande dimensão?

Questiono-o também sobre se concorda ou não e qual é a apreciação que a CNA faz relativamente à pequena propriedade, porque Governo tem aqui uma perspetiva que tentamos desmontar e combater com toda a força.

O Governo entende que a pequena propriedade é promotora e cria condições para o desenvolvimento dos incêndios. Segundo a perspetiva e a visão do Governo, é na pequena propriedade que o incêndio ganha condições

para ter dimensão e para que ocorra. Pois nós entendemos precisamente o contrário, ou seja, é a pequena propriedade que permite a fixação de muita gente no território, é a pequena propriedade que permite que estas pessoas continuem a ter o seu rendimento e a sua subsistência e é a pequena propriedade que permite que a terra mantenha condições de prevenção dos incêndios.

Assim, queria também deixar-lhe a seguinte questão: qual é o valor e a importância que a CNA vê na pequena propriedade, na agricultura familiar, nos pequenos e médios produtores, em termos daquilo que é a promoção de um território mais resiliente?

O Sr. **Presidente**: — Passo a palavra ao Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Bento.

A Sr.^a **Joana Bento** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Representante da Confederação Nacional da Agricultura, estive a ouvir com muita atenção o que proferiu ao longo desta audição e houve uma frase que me ficou, «gastaram tostões dos milhões que anunciaram». Foi uma das frases mais ditas, e outra no sentido da propaganda. E defendeu, o que me parece correto, a transparência nos fundos, sejam eles públicos ou oriundos da solidariedade. Foi isso que mencionou.

Questiono-o sobre o seguinte: tem ideia, relativamente ao Fundo REVITA, que, na legislação, se prevê, entre outras coisas, seja canalizado para outras necessidades de apoio devidamente identificadas, que foram gastos, conforme consta do relatório da CCDR de outubro a dezembro de 2018, 3,4 milhões?

Em relação ao restabelecimento produtivo, sabe que a CCDR Centro fez um levantamento de 21,5 milhões de euros e que a DRAP Centro fez um levantamento de 19 milhões, sendo que, por exemplo, atendendo ao que foi

o censo agrícola de 2009, estavam inscritas 339 explorações e foram recolhidos, a título de declarações de prejuízos, 895 declarações?

Sabe se, em relação a outro fundo oriundo da solidariedade dos portugueses, o Fundo de Apoio às Populações e à Revitalização das Áreas Afetadas pelo Incêndios, segundo um relatório datado de 31 de março de 2018, foram apoiados 246 agricultores que canalizaram uma verba de mais de meio milhão de euros? Gostaria que me respondesse sobre esta matéria.

Outra questão que lhe queria colocar é se entende que as segundas habitações, no conceito que aqui apresentou, deviam ou não ter sido excluídas da aplicação do Fundo REVITA.

Questiono ainda se sabe quantas candidaturas foram feitas, por exemplo, até março de 2018? Temos a informação que foram 21 000 candidaturas na área agrícola.

No seu entender, qual é a razão para que, num universo de 21 000, tenha havido, agora num universo de 2100 candidaturas, 35 cujo valor era discrepante? Tem ideia disso? Sabe se houve candidaturas que foram corrigidas, porque foram notificados os produtores, e depois voltaram ao sistema e foram aprovadas? Sabe se houve candidaturas, as mesmas candidaturas, que foram subscritas por titulares diferentes? Gostaria que nos esclarecesse.

Em relação ao demais, entendemos que o seu depoimento foi muito na base do que acha que aconteceu, porque se há dados e eles são públicos, nomeadamente aqueles em que falei inicialmente, o senhor, no seu depoimento, não os traz para esta audição. Diz que foram gastos tostões e que se anunciaram milhões e pergunto se, no seu entendimento, não são milhões o que acabei de indicar.

Se não for suficiente, questiono se sabe, se teve conhecimento, por exemplo, à data, em 2018, que o Governo, na altura, já tinha um montante superior a 58 milhões de euros, beneficiando mais de 23 000 agricultores que

sofreram prejuízos nos incêndios, acrescentando a este valor o já pago à data, de 45 milhões. Não sei se tem conhecimento destes valores.

Pergunto ainda, por exemplo, se tem conhecimento de que foram disponibilizados 15 milhões de euros do Programa de Desenvolvimento Rural para estabilização de emergência, de já aqui falou, para ações que neste caso visavam o risco de erosão, de que também aqui falou, da contaminação das linhas de água e declives, que também aqui referiu. Este montante, à data, somou 13 milhões de euros que já tinham sido alocados aos incêndios de junho.

São estas as questões que aqui deixo.

O Sr. **Presidente**: — Passo a palavra ao Grupo Parlamentar do PSD, ao Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Professor João Dinis, a quem queria dizer que, tal e como já aqui foi dito pelo Sr. Deputado João Dias, o PSD comunga da opinião de que o Regulamento REVITA abrangia a possibilidade de apoio às segundas habitações. Mas todos os depoentes, aliás, o Sr. Professor é o terceiro depoente, continuam, diria que erradamente mas sem culpa, a laborar nesse tal erro de era apenas para as primeiras habitações. Poderá haver algumas justificações para o efeito, pois o próprio discurso político, à época, assim o sugeriu.

Tenho aqui declarações do Sr. Ministro de então, Pedro Marques, de 12 de julho de 2017, em que diz claramente que «o Fundo REVITA apoiará as primeiras habitações com financiamento a 100%». Numa segunda linha, diz: «Existirá uma linha de crédito, através da Caixa Geral de Depósitos, para as segundas habitações.» Ou seja, este é um discurso que não tem a ver com

o Regulamento mas que cria a ideia na opinião pública de que, de facto, ele era destinado apenas à primeira habitação.

Dito isto, tenho aqui algumas questões muito concretas para lhe colocar, de esclarecimento final.

Quanto aos apoios concedidos, basicamente, tivemos nos incêndios cinco apoios.

Tivemos os apoios no âmbito PDR 2020, a que julgo que fez um conjunto de reparos porque ele era demasiado burocratizado.

Tivemos um apoio simplificado para prejuízos declarados entre 1053 e 5000 €, neste caso simplificado para os incêndios de outubro de 2017, e que o Sr. Professor considera que ele era demasiado burocratizado.

Tivemos o Fundo REVITA, que me parece que ao Sr. Professor não merece nenhum reparo, porque o apoio simplificado que lá estava contemplado e que também era para declarações entre 1053 e 5000 € funcionou bem.

Tivemos o apoio simplificado para prejuízos declarados inferiores a 1053 €, estes no âmbito do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que fiquei na dúvida se merecia algum reparo da parte do Sr. Professor.

Depois, um quinto e último apoio, do Programa VITIS, enquanto teve disponibilidade financeira, pelo que, daquilo que concluí das suas palavras, não há nenhum reparo a apontar ao mesmo.

Uma terceira nota tem a ver com os parques de receção de madeira queimada. Os resultados são conhecidos, estava prevista a criação de 30 parques e acabaram por ser criados apenas 14 ou 15... Ou, melhor, foram criados 4 e foram ampliados 10. Era suposto alocar 10 milhões de euros, mas acabou por ser apenas paga uma quantia de 54 000 €, sendo que, dessa quantia, só foram efetivamente pagos 5477 €.

O Sr. Professor disse que não funcionou. Os dados são esses, de facto não funcionou, mas disse o seguinte: que ganharam os do costume com este processo. Ora, queria perguntar-lhe quem são os do costume, porque fiquei com a ideia de que, aqui, quem ganhou terão sido os intermediários, não os produtores, não propriamente os detentores dos parques, mas os intermediários. Queria que me esclarecesse.

Para finalizar, a determinada altura, o Sr. Professor falou de um despacho que não identificou, mas que presumo que seja o Despacho n.º 11352/2017, de 27 de dezembro, que é o despacho que procede à criação da denominada Comissão de Acompanhamento dos Parques de Madeira — Incêndios 2017. Essa comissão, que tinha um prazo que estava estipulado que duraria dois anos e meio, estava obrigada não a fazer um relatório anual, mas «devendo apresentar, no âmbito da sua missão, um plano de ação no prazo de um mês e relatórios de acompanhamento e monitorização trimestrais ou com menor periodicidade sempre que se justifique.»

O Sr. Professor disse que não foi apresentado nenhum relatório anual. De acordo com o despacho, os relatórios eram trimestrais ou de periodicidade inferior, sempre que se justificasse.

Para finalizar a minha intervenção, a pergunta que lhe deixava era se, então, foram ou não produzidos os tais relatórios trimestrais já que não era obrigado a que fosse anual.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Vicente, em representação do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Quero, mais uma vez, agradecer os esclarecimentos prestados e a informação trazida pelo Sr. João Dinis. Não tenho mais questões a colocar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Encerrada que está a segunda ronda, dou a palavra ao Sr. João Dinis para responder a este conjunto alargado de questões.

Tem a palavra.

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: - Quanto à questão das segundas habitações, estas são importantes para uma aldeia, porque, pelo menos, é suposto que algumas vezes por ano tenham gente. Até esta situação da COVID mostra que o problema das nossas aldeias não é haver gente a mais, é haver gente a menos.

Lisboa e Porto é que tinham gente a mais e vão voltar a ter, e ainda bem, apesar de tudo. As aldeias têm é gente a menos. Agora, na minha rua, há uma segunda habitação que ardeu e, porque o homem não tinha o contrato da luz ou da água até seis meses antes do incêndio, não teve direito a candidatar-se no âmbito do regulamento municipal das segundas habitações.

Mas, sim, o problema da lei — e nós assinalámos isso — é que remete para os municípios a responsabilidade das segundas habitações e devia mantê-las na CCDR, ou seja, no então Ministério do Equipamento. Porquê? Porque assim os municípios, que não têm dinheiro, tiveram de ir à linha de crédito que, apesar de bonificada, custa dinheiro — 2% ou 3%, já não me recordo — à finança municipal, custa-lhes responsabilidade de projetos, de fiscalização, etc., e desperdiça a experiência que a Comissão de Coordenação do Centro teve nas primeiras habitações. Portanto, este foi um problema que se criou.

Quanto à questão da pequena propriedade, a Constituição da República aborda o assunto, a Lei de Bases da Política Florestal, que já tem 22 ou 23 anos, também diz que o Estado deve intervir. Quando se regista este

problema do abandono, etc., o Estado deve intervir. Portanto, à partida, não é exatamente uma coisa que o Estado não deva fazer.

Eu tenho a minha parcela limpa e agora à volta está um matagal e quando for o fogo lá vai tudo. Isto coloca até uma questão de justiça básica.

O problema é como é que se obriga as pessoas a fazerem este trabalho de limpeza. A teoria do abandono vem — e muita gente a defende, até justificando a própria lei de bases e a Constituição da República —, mas isso já está, inclusivamente, no Código Civil. O Código Civil prevê que seja expropriada a propriedade que esteja ao abandono. Só que o Código Civil remete para uma decisão de magistrado. Um juiz é que vai decidir, em última análise. Aqui não, aqui é para a comissão no âmbito da chamada reforma da floresta da lei específica. Quer dizer, vão ser juízes em causa própria.

Eu quero alargar a minha exploração florestal porque tenho capacidade económica para isso, então constituo a comissão e depois é lá que vai ser dito o que é que está abandonado ou não. Depois, tenho 15 anos para reclamar. E se for eucalipto quem é que me vai ressarcir se eu reclamar ao fim de 13 ou 14 anos? Ou seja, o ónus da prova passa para o proprietário. O proprietário é que tem de provar que é ele o proprietário e não é o outro, que quer usar, que tem de provar que vai lá por usucapião. O ónus da prova é invertido, cria-se uma situação de pressão institucional e pública, há uma lei que permite àquelas comissões que se venham a formar... Naturalmente, fomentadas por quem? Por mim? Provavelmente, não. Portanto, pelos interesses económicos que estejam no terreno. E isso constitui, objetivamente, de facto, um ataque à pequena propriedade: é o abandono, os incêndios florestais são por causa do minifúndio, temos de aumentar não sei o quê... Há uns anos, lamentavelmente, até morreu um bombeiro sapador florestal numa exploração de uma empresa de celulose.

Mas, sim, existe aqui um problema difícilíssimo: como é que vamos ordenar a floresta, como é que vamos ordenar a propriedade, como é que

vamos fazer chegar aos pequenos e médios agricultores a informação e as ajudas para que eles voltem a ter interesse económico e emocional, que foi uma coisa que me deixou o meu pai e o meu avô, mas que tirem também algum benefício económico do investimento que se faça.

Portanto, acho que a política de benefício fiscal será bem-vinda, ao contrário da política de agravamento fiscal, tipo coimas e multas. Por aí não se vai lá. Se há setor onde a porrada não adianta muito é o agrorural. As pessoas arranjam maneira de, às vezes, até de se vingarem!

Portanto, a questão da ruína da agricultura familiar está na base do êxodo rural. As parcelas agricultadas que hoje se mantêm agricultadas — pequena agricultura, agricultura familiar — são tampões à progressão dos incêndios florestais. Um pastor, produtor de queijo da serra, em Oliveira do Hospital, que tinha nessa altura quase 20 ha — tinha trezentas e tal ovelhas —, com prados verdes irrigados, impediu que houvesse uma parte da cidade que tivesse ardido. Limpinho, porque ia que nem um fósforo! Do jeito que vinha aquele incêndio, se não houvesse ali aquele tampão à frente... Assim se prova que, também por aí, digamos que os benefícios sociais na agricultura familiar têm de ser reconhecidos e pagos. O estatuto da agricultura familiar visa, de alguma forma, compensar a agricultura familiar pelos bens públicos que presta, mas também nunca mais há dinheiro para o concretizar. É uma lei que já vem de 2018 e marca passo. Agora, no Orçamento Retificativo, que verbas é que lá ficaram para concretizar o estatuto da agricultura familiar?

Relativamente à questão que a Sr.^a Deputada colocou sobre os fundos, eu não domino, a esse detalhe, aquilo que expôs. Até serve de ensinamento. A gente, às vezes, tem mesmo de estudar. As coisas com grande profundidade não são exatamente a minha função aqui hoje. Eu não vou contestar que tenha havido o anúncio desses milhões todos, mas garanto-lhe

que 98% dos agricultores não têm esse dinheiro no bolso. Antes tivessem! Onde é que esse dinheiro tem ficado?

O Governo da Ministra Cristas retirou dinheiro de investimento na floresta, quase 150 milhões, incluindo em medidas de prevenção de incêndios, a rede primária. E agora a promessa é de que isso venha a ser repostado. Bem, esperemos que sim. Foram criadas as ajudas ecossistémicas e até há dinheiro para isso. Quem é que já está a beber nisso? Sabe quem é que vai ganhar dinheiro na retenção dos carbonos? Os mesmos! Por isso é que falo nos mesmos do costume, os da cortiça. A cortiça é, essencialmente, carbono e eles posicionam-se já... Aliás, os eucaliptos também. Os eucaliptos, que têm muita folha verde, retêm muito carbono.

Portanto, a gente já sabe onde é que vai parar a grande parte das ajudas à retenção de carbono. Até porque foram executados dois projetos-piloto de alteração da paisagem, este do Tejo e o da serra do Açor. Quem é que lá foi buscar dinheiro? Na serra do Açor, em Arganil, está o Grupo Jerónimo Martins. No do Tejo está o Grupo da Corticeira Amorim. Esses já lá estão. Eles vão lá pelos lindos olhos dos arganilenses ou porque estejam preocupados com as flores do campo e com os passarinhos a cantar? Não! Onde é que está o negócio? Ainda estou para saber onde é que está o negócio do Jerónimo Martins. Há de estar nalgum lado.

Quanto a tostões e milhões, disse que há um conjunto de medidas com estímulos financeiros que até são interessantes. São! É pena é terem reduzido a participação pública ... Como é que eu vou ter acesso ao PDR 2020? Eu tenho de adiantar dinheiro e pagar, esperar e às vezes demora meses. Não tenho essa capacidade, e como eu uma grande parte dos pequenos e médios... Se for agora essa de não haver emolumentos na Conservatória para os registos florestais, muito bem. O problema é como vamos fazer o cadastro simplificado. É que fotografias aéreas na floresta não dá. Na floresta, onde é que está ... Bem, onde há via. E onde passaram os incêndios ninguém

conhece agora os marcos. Portanto, temos problemas sérios que, de facto, exigem um trabalho sistemático dirigido pelos organismos do Estado — lá estou eu! —, pelo Ministério, pelo ICNF, pelas autarquias, pelas associações de produtores florestais, pelas ZIF, pelas associações de reforma da floresta, em que há duas categorias. De facto, é um trabalho tremendo, difícil, mas que tem de ser feito.

Quanto à questão do REVITA, como disse, estive a reler hoje, na *internet*. Há uma quantidade de relatórios e eu li o último, ou seja, o de dezembro do ano passado: mil e tal agricultores contemplados, 99 casas de primeira habitação, 6 milhões e tal de euros aplicados. A segurança social pagou aos agricultores 1053 € e o Fundo REVITA pagou o resto até 5000 na candidatura simplificada. Nos incêndios de outubro já foi diferente: a segurança social continuou a pagar 1053 € e aí foi o orçamento do Ministério da Agricultura que cobriu até aos 5000 €. E foi gasto dinheiro. Sim, foi gasto dinheiro nisso! O Ministério da Agricultura e o Ministério da Segurança Social, o Governo, desembolsaram dinheiro. Mas também como é que iam fugir a essa responsabilidade?

Foi na sequência desses incêndios que mais dinheiro público se gastou, incluindo dinheiro vindo da Comissão Europeia, do Fundo Europeu de Solidariedade, mas também nunca houve incêndios, sequer, parecidos. E se houve 1100 agricultores que se candidataram em Pedrógão, em Castanheira de Pera, em Figueiró... Se aí se candidataram mil cento e tal agricultores à ajuda simplificada, parte dela através do REVITA, ficaram umas centenas que não se candidataram — que não se candidataram!

O problema não é o que foi — e repito: onde tiver de entrar o tribunal, pois que entre —, é aquilo que devia ter sido e não foi. E foi preciso muita luta, muita insistência, designadamente nossa, da CNA, em que promovemos várias concentrações. E, já agora, quero aqui esclarecer uma situação, aquela do domicílio fiscal — de facto, por telemóvel, eu disse: «Eh pá, cuidado, que

se não se põe a data, é já aí um problema». Mas tenho conterrâneos meus, por exemplo, que estão há mais de 10 anos a viver, diariamente, na minha terra e que ainda têm o domicílio fiscal no Porto, em Lisboa, por conveniências de outro tipo, porque têm lá patrimónios e coisas, e ainda não passaram o domicílio fiscal para Oliveira do Hospital, continuam no município do Porto, e tal... E se a esses tivesse ardidado uma casa e tivessem modificado o domicílio fiscal no dia seguinte ao incêndio, era assim um crime tão grande?!... Olhe, eu deixo isso para que cada um responda. Eu digo que, para mim, não era nada que não se previsse que viesse a acontecer e que aconteça: «Eu estou há 10 anos no município do Porto, mas, entretanto ardeu aqui a minha casa». Não é proibido! É que se a lei dissesse textualmente «Eh pá, não pode ser», pronto, estava detetado o problema. A margem vermelha estava tratada, a pessoa podia sonhar, mas não passava de sonho. Assim, a pessoa sonhou e no dia seguinte foi tratar de resolver a vida. Nós tivemos problemas nisto de julgar os outros, porque é complicado.

Outra coisa é ilegalidade, dizer que gastou x e não gastou numa primeira habitação, de prestar declarações falsas, etc. Isso não pode ser consentido a ninguém, seja agricultor ou não.

Por exemplo, quando foi do resgate da quota leiteira, houve um programa, há alguns anos na União Europeia, que pagava aos agricultores que deixassem de produzir, que vendessem a quota ao Estado, à União Europeia. Nós temos uma posição de confederação estratégica, que é assim: é mau haver dinheiro para que se deixe de produzir — aliás, esse fenómeno até é recente outra vez —, mas eu vou condenar algum agricultor que o tivesse feito?! «Eh pá, tu vendeste a quota. Não tinhas nada que fazer isso, porque nós, na CNA, defendemos que não se pode deixar a produção!». É uma posição estratégica de confederação? Sim. Agora, para o agricultor, o produtor pecuário que vendeu a quota leiteira, eu não tenho moral nem ética, sobretudo moral. Ele responde-me como me respondeu um: «Olha lá, queres

tu ficar com as minhas vacas?! Estou agora condenado às vacas como os escravos que estavam condenados às galés?! Queres tu ficar com as vacas?! Vem cá tu tomar conta delas!» Ah, mas é diferente da quota, em que ainda vou buscar algum dinheiro!

Quanto a esta questão dos parques de receção de madeira, eu questionei, no Conselho Florestal Nacional, onde estavam 60 ou 70 pessoas, o Secretário de Estado Miguel Freitas. Eu questionei-o, porque, de facto, o despacho do Ministro Capoulas remetia para o Secretário de Estado essa situação. Questionei-o e não houve resposta. Portanto, não houve acompanhamento. E quem estava à frente dessa Comissão de Acompanhamento dos Parques de Madeira, nessa altura, era o Amândio Torres, ex-Secretário de Estado das Florestas. Eu questionei: «Onde está? Digam-me, informem-me, quero ler!». Porque nós tínhamos-lhe dito, em 8 de fevereiro de 2018, no que aquilo ia dar, ou seja, em fiasco, como foi. Portanto, era ali o local onde íamos questionar.

Assim como a questão dos preços da madeira, em que também há uma comissão e um despacho do Ministro Capoulas para que haja acompanhamento desse processo dos preços da madeira. Onde é que isso está?! Não há, não funciona. Há uma PARF, Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais, que julgo ter sido criada ainda pelo Ministro Capoulas. Amanhã até há uma reunião da PARCA (Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar), que já foi criada pela Ministra Cristas, mas esses relatórios, esses acompanhamentos, é que não há! Quando digo que ganham os mesmos, é verdade. Quem ganhou foram alguns intermediários e os rececionistas dos parques, porque o rececionista do parque não esteve para ir verificar se quem lá leva madeira é o produtor da madeira, o proprietário, ou não. O intermediário carregou um tiro ou dois, chegou lá — 40 t — «sou eu», é ele. Pronto, muito bem, «pega lá», e fizeram as contas.

O parque que conheço que funcionou e que perguntei como ia fazer, ali, em Arganil, tinha um mar de madeira — um mar de madeira?! Eles estão a ganhar dinheiro como nunca ganharam! Pagaram meia dúzia de tostões e têm madeira ali, prontinha para servir para a biomassa. Enfim, não dá! O pinheiro verde com resina dá um teor resinoso à biomassa, que é importante. Mas aquele que já não tem isso tudo e continua, portanto... E os aglomerados também utilizam madeira queimada, as celuloses não. Eles dizem que não, enfim... A madeira que chegue descascada e que não esteja com o carbono à vista da queimadura, também entra. Grandes empreiteiros e grandes intermediários têm as máquinas de descasque, entram na mata, descascam aquilo tudo, se a madeira não estiver muito queimada, não se topa... E o carbono que depois entra para a pasta de papel não causa dano. Agora, madeira que esteja chamuscada, já queimada, eles não devem... porque lhes vai estragar a certificação. Eles burros não são! Ninguém lhes ensina é nada!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, termina, assim, a segunda ronda e não existem inscrições para a terceira ronda.

Portanto, devo informar o nosso depoente — não sei se lhe vou dar uma boa ou má notícia — de que os grupos parlamentares esgotaram todo o conjunto de questões que lhe queriam colocar. E, assim sendo, senão houver ninguém inscrito para a terceira ronda, conforme foi informada a Mesa, daremos por terminada esta audição. Antes de agradecer, uma última palavra ao nosso depoente, que também se quer despedir, presumo.

Faça favor.

O Sr. **João Manuel Fontes Dinis**: — Sim, Sr. Presidente. Quero desejar muito boa noite e garanto-vos que eu, os meus conhecidos, onde eu discutir, direi «Não, não, na Assembleia da República trabalha-se! Eu já lá

estive a trabalhar com os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas até às 21 horas!». E é verdade. Também se fala que não é assim! Tanta campanha, tanta coisa, que os Deputados não sei o quê... Que também têm a fama de não fazerem nenhum! É como os agricultores, noutra patamar, claro. Mas não é verdade! E hoje, aqui, está a prova disso e eu sou testemunha!

O Sr. **Presidente**: — Nós agradecemos, porque nessa causa difícil todas as ajudas são poucas.

Portanto, Srs. Deputados, agradeço a presença de todos. Mas antes de se irem embora, peço-vos só mais 1 segundo para o seguinte: como não há reuniões plenárias na próxima semana, tínhamos combinado fazer o agendamento das audições para as 15 horas, mas algumas Sr.^{as} e Srs. Deputados colocam a questão de eventualmente haver comissões durante o período dos plenários. Assim sendo, voltaremos ao modelo normal de começar as nossas reuniões às 17 horas.

Sr. Deputado João Dias, faça favor.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, julgo que o único conflito de agenda são as próximas terça e quarta-feira. Só na quinta-feira é que podíamos começar mais cedo, mas é muito complicado para nós.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, assim faremos e se não for antes, até terça-feira.

Entretanto, comunicarei aos Srs. Deputados sobre os documentos que chegaram hoje, porquanto a informação que prestei pode não estar correta, porque temos seguido o nosso próprio Regulamento, que impõe o acesso dos documentos a todos os Srs. Deputados. Mas a todo o momento eu comunicarei esses factos.

Muito obrigado e boa noite a todos.

Eram 20 horas e 58 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.